



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 145

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 145

138ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 12

Projetos de Lei Complementar 14

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos 14

Dep. Beti Pavin 16

Dep. Edson Strapasson 18

Dep. Luciana Rafagnin 19

Dep. Tadeu Veneri 20

Grande Expediente:

Dep. Rafael Clabonde-Pres. UPES 21

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 15

Liderança do PMDB

Dep. Beti Pavin 17

Dep. Edson Strapasson 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 25

Liderança do DEM

Dep. Durval Amaral 26

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 28

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 29

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação

Redação Final 32

2ª Discussão 33

1ª Discussão 33

Discussão Única (Proposição) ... 34

Requerimentos 35

Encerramento da Sessão 36

DIÁRIO Nº 145

138ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi,

secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Pedro Ivo, Professor Lemos, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Aedmar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Plauto Miró e Reni Pereira (12)

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Dr. Batista, Fábio Camargo, Ney Leprevost e Péricles de Mello (04)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os CEE/CC 3560, 3564, 3696, 3698, 3700, 3701, 3702, 3703, 3704, 3705, 3706, 3707, 3713 e 3731/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador sancionou os Projetos de Lei nºs:

467/09: Do Poder Executivo que, dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 15724, de 10/12/07, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16266. **Anote-se. Arquite-se.**

387/09: Do Poder Executivo que, altera o Anexo II da Lei nº 15793, de 03/04/08, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16267. **Anote-se. Arquite-se.**

418/09: Do Poder Executivo que, dá nova redação aos incisos I e II do artigo 3º da Lei nº 14077/03, alterados pela Lei nº 15878/08, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16268. **Anote-se. Arquite-se.**

308/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Madaguari, o qual convertido em Lei tomou o nº 16269. **Anote-se. Arquite-se.**

383/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação dos imóveis que especifica, ao Município de Quinta do Sol, o qual convertido em Lei tomou o nº 16270. **Anote-se. Arquite-se.**

325/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Chopinzinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 16271. **Anote-se. Arquite-se.**

443/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Cruzeiro do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 16272. **Anote-se. Arquite-se.**

386/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município da Lapa, o qual convertido em Lei tomou o nº 16273. **Anote-se. Arquite-se.**

373/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 16274. **Anote-se. Arquite-se.**

372/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Pérola, o qual convertido em Lei tomou o nº 16275. **Anote-se. Arquite-se.**

327/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o nº 16276. **Anote-se. Arquite-se.**

419/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Santo Antonio do Paraíso, o qual convertido em Lei tomou o nº 16277. **Anote-se. Arquite-se.**

066/09: De autoria do Deputado Antonio Belinati que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Pastor Pio Francisco de Carvalho, o qual convertido em Lei tomou o nº 16278. **Anote-se. Arquite-se.**

098/09: De autoria do Deputado Douglas Fabrício que, dispõe que as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente são responsáveis pela lavagem dos uniformes de seus empregados, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16280. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 6408/CGOF/ SENASP do Sr. Sidnei Borges Didalgo - Diretor do Departamento de Execução e Avaliação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, comunicando Convênios celebrados em 2009 entre o Ministério da Justiça, por intermédio da referida Secretaria e o Estado do Paraná, com o objetivo de ampliação e fortalecimento da capacidade operacional o Serviço Aero Policial Integrado da Secretaria de Segurança Pública do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1732/2009/CGCV/DGI/SE/MTur da Sra. Júnia Cristina França dos Santos Egídio - Coordenadoria Geral do Convênios do Ministério do Turismo, comunicando liberação de R\$ 441.000,00 (quatrocentos e quarenta e um mil) à Secretaria de Estado do Turismo - Paraná, relativa ao convênio/MTur nº 700869/08, que tem por objetivo a Sinalização das Rotas Turísticas. **Ao conhecimento da Casa.**

Ofício Nº 610/09

Curitiba, em 25/11/09

Senhor Presidente:

Venho pelo presente justificar a V. Exa. minha ausência na Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa desta quarta-feira, dia 25 de novembro, por estar acompanhando, no Município de Paranaguá, a Implantação do Território de Aquicultura e Pesca do Litoral do Paraná.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 941/09

SÚMULA:

Propõem a instalação de um poço artesiano no Distrito de Vila Candeia no Município de Maripá.

Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado realize viabilização para a instalação de um poço artesiano no Distrito de Vila Candeia no Município de Maripá, para atender a Associação de agricultores local.

II - Por proposição do nobre Vereador Nelson Luiz Oening, que nos pede empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado. Informamos que esta solicitação atenderá antiga reivindicação e anseios dos moradores da localidade que até os atuais têm dificuldades em obter água potável canalizada.

III - O atendimento proporcionará uma melhora significativa na qualidade da água utilizada pela comunidade, provocando, por consequência, a redução da incidência de diversas doenças causadas pela má qualidade da água atualmente utilizada.

IV - Portanto estaremos atuando de forma bastante efetiva na melhora da qualidade de vida e saúde de nossa gente, que é a nossa obrigação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5737

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 26 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 5776

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Proposição nº 062/09, item 07 da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 5773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost na Sessão do dia 25 de novembro, devido a compromissões inerentes a condição de Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 5741

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Roberto Ribeiro de Castro, ocorrido no último dia 24 de novembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento a Sra. Dilce Teodoro de Oliveira, esposa do Dr. Roberto Ribeiro de Castro.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Dr. Roberto Ribeiro de Castro nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 24/11/09, que deixa eternas saudades.

Advogado de sucesso exerceu o cargo de Secretário Municipal de Controle, Fiscalização e Ouvidoria do Município de Campo Mourão na segunda gestão do Prefeito Tauillo Tezelli. Atualmente ocupava o cargo de Procurador Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Mourão. Faleceu aos 78 anos de idade.

Pessoa de destaque na sociedade e exemplo de profissionalismo e dedicação.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus preserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 5742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento de Lauren Terezinha dos Anjos, ocorrido no dia 23/11/09, no Município de Capitão Leônidas Marques/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seus pais, Claudinei dos Anjos e Nereide Palaoro dos Anjos.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A morte é inaceitável em qualquer circunstância, principalmente se estiver envolvida uma pessoa de apenas vinte anos, como foi o caso da estudante do curso de direito da Faculdade Assis Gurgacz (FAG), Lauren Terezinha dos Anjos.

Toda a comunidade ficou consternada pelo precoce falecimento e também pelas circunstâncias como ele ocorreu. Lauren era uma jovem bem relacionada e que tinha na família o alicerce para consubstanciar sua vida.

Desde cedo, ela deixou claro que não seria mais uma nesse mundo. Apesar de jovem, vinha se destacando por sua atuação profissional. Tinha um futuro brilhante.

Mulher bem quista, na sua passagem por este mundo soube cativar amizades e simpatia. Capitão Leônidas Marques perde uma filha importante, que jamais será substituída, abrindo-se uma lacuna na vida social do Município.

Lamentavelmente, partiu para outra jornada, ainda muito jovem, cheia de idéias, de sonhos e esperança. Mas Deus na sua infinita sabedoria sabe o que faz. Por isso, como amigo da família, confere-me o dever de solicitar apoio aos meus Pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para aprovar o presente voto de condolências a toda família, ao povo de Capitão Leônidas Marques e também uma última homenagem à querida Lauren.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO N° 5733

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Paranacity, Mario Shideo Yamamoto, e ao Presidente da Câmara, Vereador Manoel Pereira de Melo, em razão do 55° aniversário do Município.

A comunidade de Paranacity merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 5734

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Presidente Castelo Branco, Valdomiro Canegudes de Souza, e ao Presidente da Câmara, Vereador Gabriel Aparecido Calais, em razão do 48° aniversário do Município.

A comunidade de Presidente Castelo Branco merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 5735

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao jornalista Franklin Vieira da Silva, com expedição de Diploma de Honra ao Mérito, fundador do Jornal O Diário do Norte do Paraná, que no ano de 2009 completou 35 anos de fundação, prestando relevantes serviços à comunidade maringense.

O jornalista Frank Silva faz parte da história de Maringá, levando informação de qualidade a todos os bairros da Cidade e Município da região.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 5739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Município de São Miguel do Iguazu, na pessoa do seu Prefeito Armando Luiz Polita, pela passagem dos seus 48 anos de criação.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 28 do corrente o Município de São Miguel do Iguazu comemora 48 anos de criação.

A data será marcada com uma série de eventos que acontecem, numa extensa programação que se iniciou no dia 23 e vai até o dia 29 do corrente, onde serão lançadas diversas obras de relevante importância para aquela população.

Trata-se de Município que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento e progresso do nosso Estado, merecendo assim a reconhecimento desta Casa o profícuo trabalho desenvolvido pela atual Administração Municipal, comandada pelo Prefeito Armando Polita, com o apoio do Vice- Prefeito Volnei Adamante e a Câmara Municipal, representada pelo Vereador Antonio Dilmar Mafalda, que têm se empenhado sobremaneira para levar uma melhor qualidade de vida àquela sociedade.

Destacamos entre as obras anunciadas pelo Sr. Prefeito, que estão sendo entregues àquela população: 1) acesso asfaltado para Santa Cruz do Ocoi - 17.550m²; 2) entrega das chaves da casa própria para 16 famílias de catadores de lixo do Projeto Ecovila; 3) inauguração da sede do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; 4) inauguração da primeira etapa do calçamento com pedras irregulares - Distrito de São Jorge com 6.593,64 m²; 5) inauguração da primeira etapa do calçamento com pedras irregulares - Distrito de Aurora do Iguaçú com 9.373,80 m² e 190 m lineares de galerias pluviais; 6) inauguração do Sistema de Abastecimento de Água de Linha Cotia com 6.200 m lineares de rede, beneficiando 29 famílias de agricultores; 7) aquisição de nova frota de veículos e lançamentos as obras: Nova Agência Regional do INSS com 334,40 m² de área construída; novo Fórum Eleitoral com 290 m² de área construída; Clínica da Saúde da Mulher e da Criança com 240 m² de área construída; reforma e ampliação em 261,12 m² da escola Municipal Serafim Machado que passará a constar com área total de 696,36 m²; nova Biblioteca Cidadã com 180 m² de área construída; asfaltamento na extensão da avenida Iguaçú - saída para Linha Brasil com 1.483,33 m de extensão e equivalente a 9.518,45 m².

REQUERIMENTO N° 5743

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta sessão votos de congratulação ao Município de Loanda, o qual, em 27/11/09 celebrará seu aniversário. Até 1950 o espaço geográfico, onde se situa o Município de Loanda constituía-se de sertão inexplorado. Registros históricos citam a chegada, em 1950, dos primeiros habitantes do Município. Eram os Srs. João Tavares Souza, Moyses de Souza, Duarte Celestino de Oliveira, João Macena de Oliveira, Francisco Rocha e Antônio Locheti, conforme informa o sítio da Prefeitura.

A Empresa Colonizadora Norte do Paraná (composta pelos sócios Lino Spinardi, Irio Spinardi, Asio Montecucio e Sebastião Delfino Machado) adquiriu dos Srs. Santiago Martin Coral e David Bancow, 200 alqueires que foram subdivididos em lotes urbanos e rurais. O traçado da Cidade e a construção das primeiras casas só foram possíveis depois que a densa mata foi cortada e queimada. No mesmo ano surgiram as primeiras serrarias e a primeira indústria cerâmica. Em 15 de agosto de 1953, pela Lei Estadual n° 047, o núcleo urbano foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. Em 26/11/54, Loanda desmembrou-se de Paranaíba, pela Lei Estadual n° 253. A instalação oficial deu-se a 27/11/55 e em 08/05/56 o Município é elevado à categoria de Comarca. O primeiro Juiz de Direito da Comarca foi Dr. Abraão Atem e o primeiro promotor de Justiça Dr. Lamatine Rollo Soares. Economicamente, Loanda tornou-se um importante polo comercial e de prestação de serviços, e destaca-se, ainda, pela agropecuária e por suas crescentes indústrias.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Loanda, destacando sua história e o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Loanda, Sr. Álvaro Freitas Neto, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO N° 5744

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Município de São João do Caiuá, o qual em 26/11/09 celebrará seu aniversário. A Empresa Colonizadora Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná marcou e mediu uma área para criação de um patrimônio em 1951. Demarcada a área, aberta a estrada de acesso e definido seu perímetro urbano, inicia-se a chegada dos pioneiros vindos de diversas regiões do País atrás das terras que prometiam fartura e produtividade.

Já em 1954 inicia-se a construção do Campo de Pouso. Discutiram os moradores a respeito da denominação a ser dada à Cidade. Dentre outros nomes listados, escolheram São João do Paraíso, que só não foi instalado por haver outro Município mais antigo com o mesmo nome, optando-se então por São João do Caiuá. Criado através da Lei Estadual n° 253, de 26/11/54 e instalado em 17/12/55, foi desmembrado de Alto Paraná. Atualmente, São João de Caiuá é referência na área da agropecuária e da produção mineral.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de São João do Caiuá, destacando sua história e o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de São João do Caiuá, Sr. Cláudio Pauka, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO N° 5745

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Município de Santo Antonio do Caiuá, o qual em 25/11/09 celebra seu aniversário. A Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná deu início à implantação do povoado de Santo Antônio do Caiuá em dezembro de 1951. Etimologicamente, Caiuá provém do guarani “cai guará”, ou seja, o que habita nos

montes. “Caiuá”, “Caaguá” ou “Cainguás” são variantes do nome dos índios guaranis da margem esquerda do rio Paraguai. Criado através da Lei Estadual nº 4338, de 25/01/61, e instalado em 25 de novembro do mesmo ano, o Município de Santo Antonio do Caiuá foi desmembrado de São João do Caiuá. Com localização privilegiada, banhado pelo rio Paranapanema, Santo Antônio tem como cenário o Morro do Diabo, uma das maiores reservas de Mata Atlântica intacta do Estado de São Paulo no Município de Teodoro Sampaio, elevando de forma singular o potencial turístico e ecológico da Cidade.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Santo Antonio do Caiuá, destacando sua história e o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Santo Antonio do Caiuá, Sr. José Alves de Almeida, o Zezinho, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 5746

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta sessão votos de congratulação ao Município de Paracity, o qual em 26/11/09 celebra seu aniversário. O desbravamento da área onde se acha plantado o Município de Paracity, como destaca o sítio da Cidade, foi iniciado no ano de 1949, através da Imobiliária Progresso Ltda., de propriedade dos Srs: Rajah Eid e Faiez Eid, responsáveis pela colonização e vendas de lotes urbanos e rurais a civilizadores oriundos dos mais diversos pontos do País. Em 1951 a comunidade já apresentava um ativo comércio e a boa qualidade das terras atraída, dia a dia, mais e mais famílias. No ano de 1954 no dia 26 de novembro, de acordo com a Lei Estadual nº 253 foi elevado a Município, desmembrando-se de Nova Esperança. O projeto de Emancipação Política foi de autoria do Deputado Estadual Hélio Setti. Atualmente, Paracity é um pólo de referência nas áreas do comércio e da agropecuária.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Paracity, destacando sua história e o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Paracity, Sr. Mario Shideo Yamamoto, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 5748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Araruna, pela comemoração dos 55 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual nº 253, de 26/11/54, foi desmembrado de Peabiru.

Com uma população aproximada de 12.962 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Carlos Carmino Bonato, seu Vice-Prefeito é Renato Toaldo e o Presidente da Câmara é o Vereador René Vieira Duarte.

A base da economia do Município está relacionada à atividade agropecuária. Com plantações principalmente de soja, milho e trigo, além de culturas de: mandioca café e cana-de-açúcar, também conta com pecuária de corte e leite e mais recentemente avicultura.

Existe uma grande quantidade de pequenas e médias indústrias na Cidade. As atividades principais deste setor estão vinculadas à produção de alimentos e móveis, além da produção de indústria metalúrgica.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao capitão Ademar Carlos Paschoal que assumiu na última segunda-feira (23) o comando da 4ª Companhia de Polícia Rodoviária Estadual em Maringá, substituindo o capitão Carlos Henrique Cardoso.

O objetivo do novo comando é fazer um diagnóstico da região, buscar parcerias com a comunidade e a sociedade organizada, priorizar a fiscalização, promover campanhas educativas e buscar aproximação com a Polícia Rodoviária Federal.

A 4ª Companhia de Polícia Rodoviária - está localizada na Cidade de Maringá, foi criada em 1975, possui 14 postos de policiamento rodoviário, estando responsável pelo policiamento em 3.328 km de rodovias estaduais e 703 km de rodovias federais delegadas. Está separada em: 1º Pelotão - Marialva; 2º Pelotão - Campo Mourão e 3º Pelotão - Paranavaí. O efetivo é de aproximadamente 160 policiais.

O capitão Paschoal tem 39 anos e reside em Maringá desde 1994.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5750

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Inajá, pela comemoração dos 48 anos de emancipação política do Município.

Criado através de Lei Estadual de 25/01/61, o Município foi criado sendo desmembrado de Paracaty e comemora o seu aniversário de fundação em 15 de novembro.

Com uma população aproximada de 2810 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Nilson Camargo Monteiro, seu Vice-Prefeito é Alcides Elias Fernandes e o Presidente da Câmara é Vereador Aparecido Oliveira Dias.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5751

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Ivaiporã, pela comemoração dos 49 anos de emancipação política do Município.

Criado através de Lei Estadual nº 4245, de 25/07/60, e instalado em 19 de novembro do mesmo ano, foi desmembrado de Manoel Ribas. Com uma população aproximada de 32157 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Cyro Fernandes Correa Júnior, seu Vice-Prefeito é Luiz Antônio Duarte e o Presidente da Câmara é Vereador Ademar Soares de Souza.

Conhecida como “Celeiro do Brasil”, pela diversidade de seus produtos agrícolas, e pela altíssima produtividade de milho, de onde recebeu também o título de “capital do milho”. Trata-se de Cidade polo, sede administrativa de micro-região conhecida como “Vale do Ivaí”.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5752

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Ourizona, pela comemoração dos 48 anos de emancipação política do Município.

Criado através de Lei Estadual nº 4245 de 25/07/60, e instalado em 19/11/61, foi desmembrado de Mandaguaçu.

Com uma população aproximada de 3380 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Janilson Marcos Donasan, seu Vice-Prefeito é Amarildo Luiz Vieira e o Presidente da Câmara é Vereador José Luiz Volpato.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5753

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Engenheiro Beltrão, pela comemoração dos 54 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual nº 253, de 26/11/55, foi desmembrado de Peabiru.

Com uma população aproximada de 14.280 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Elias de Lima, seu Vice-Prefeito é Euclides Saqueti e o Presidente da Câmara é o Vereador Francisco de Assis Alves.

A principal atividade econômica da região é a agropecuária. No setor industrial, merece destaque o crescimento da produção de confecções e a indústria de álcool.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5756

Senhor Presidente:

Requer ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, voto de louvor aos atletas toledenses de Jiu-Jitsu Paulo Carvalho e Ivan Bonaldo, bem como de seu professor e técnico Rodolfo Garcia, pelas conquistas no XIV Campeonato Sulamericano de Jiu-Jitsu, realizado em Florianópolis/SC, nos dias 21 e 22/11/09 e promovido pela Internacional Brazilian Jiu-Jitsu Federation (IBJJF).

Requer, ainda, seja determinada à Secretaria da Casa, que, uma vez aprovado este requerimento, se dê ciência aos agraciados acima nominados da homenagem ora registrada nos anais deste Legislativo Estadual.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

Nos dias 21 e 22 de novembro de 2009 realizou-se, na Cidade de Florianópolis/SC, o XIV Campeonato Sulamericano de Jiu-Jitsu, promovido pela IBJJF - Internacional Brazilian Jiu-Jitsu Federation, na qual participou a equipe do professor Rodolfo Garcia, da Cidade de Toledo.

A participação da equipe foi coroada de êxito, com o atleta Paulo de Carvalho alcançando o título de Campeão Sulamericano Peso Pena, com a Faixa Branca.

Esse feito merece o louvar desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 5757

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Impescal Indústria de Pesca Ltda.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Impescal Indústria e Pesca Ltda., na pessoa de seu proprietário Sr. Paulo Chaves, que com o bom atendimento, a qualidade de seus produtos e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores de Guaratuba e região, atendendo também clientes de fora oferecendo profissionalização e bons serviços, atende as expectativas de seus clientes prestando um excelente serviço à comunidade, proporcionando a proximidade do cliente com as suas necessidades.

REQUERIMENTO N° 5758

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Desembargador Onesimo Mendonça de Anunciação.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador Onesimo Mendonça de Anunciação, Desembargador Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que efetiva o cumprimento das leis, solucionando embargos com grande capacidade na condução do processo judiciário, tendo como princípio, a ética e a prestação jurisdicional correta, de forma justa, imparcial, rápida e sábia.

Defendendo a carta magna e os direitos de todo cidadão, obrigação de todo Magistrado em qualquer grau de jurisdição, destaca-se entre seus Pares pelo total domínio das leis vigentes no País, com extrema capacidade de análise e síntese.

REQUERIMENTO N° 5759

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Roberto Antonio Massaro.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Roberto Antonio Massaro, Juiz de Direito Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que realiza o cumprimento das leis, solucionando embargos com grande capacidade na condução do processo judiciário, tendo como princípio, a ética e a prestação jurisdicional correta, de forma justa, imparcial, rápida e sábia.

Defendendo a carta magna e os direitos de todo cidadão, obrigação de todo Magistrado em qualquer grau de jurisdição, destaca-se entre seus Pares pelo total domínio das leis vigentes no País, com extrema capacidade de análise e síntese.

REQUERIMENTO N° 5760

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Juan Daniel Pereira Sobreiro.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Juan Daniel Pereira Sobreiro, Juiz de Direito Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que realiza o cumprimento das leis, solucionando embargos com grande capacidade na condução do processo judiciário, tendo como princípio, a ética e a prestação jurisdicional correta, de forma justa, imparcial, rápida e sábia.

Defendendo a carta magna e os direitos de todo cidadão, obrigação de todo Magistrado em qualquer grau de jurisdição, destaca-se entre seus Pares pelo total domínio das leis vigentes no País, com extrema capacidade de análise e síntese.

REQUERIMENTO N° 5761

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações aos vencedores do concurso do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos vencedores do concurso do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, que participaram nas categorias de redação com o tema "Proclamação da República: de súditos a cidadãos - uma evolução histórica" e soneto com o tema "A Bandeira Nacional", estes abrangendo alunos do ensino médio. Concorrendo na categoria de poesia livre, o tema foi "A Bandeira Nacional", que atingiu os alunos de ensino fundamental.

A premiação embasou-se nos 120 anos da Proclamação da República e da doação da Bandeira Nacional em Sessão Solene realizada nesta Casa de Leis.

São os homenageados: Tainá Fernanda Bruel de Oliveira - 1° lugar redação; Isabel dos Santos Souza - 2° lugar redação; Raíssa Veridiana Domingues - 3° lugar redação; Mayar Guibor Spaler - 4° lugar redação; Renata Shayanny Fernandes de Souza - 5° lugar redação; Johanne de Medeiros Lourenço - 1° lugar soneto; Lucas Atílio Godri - 2° lugar soneto; Yaskara Dayene Hermann Macena - 3° lugar soneto; Lucas Pujol de Souza - 4° lugar soneto; César Augusto de Souza - 5° lugar soneto; Lucas Henrique Alves da Rosa Gross - 1° lugar poesia livre

(empatado); Mariana Paiva dos Santos - 1º lugar poesia livre (empatado); Isabella Bonatto - 2º lugar poesia livre; Pamela Albino Santos - 3º lugar poesia livre; Larianne Feliciano Costa Bedrechuk - 4º lugar poesia livre; Ana Caroline Sell Prates - 5º lugar poesia livre;

REQUERIMENTO N° 5762

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Instalação do Santuário Diocesano São Vicente Pallotti.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Instalação do Santuário Diocesano São Vicente Pallotti, na pessoa de seu Bispo Diocesano Dom Fernando Pentead, que preside este acontecimento histórico para o Município de Ribeirão Claro, para a Paróquia Sagrado Coração de Jesus e a comunidade em geral, expressando o sentimento de fé e de ação de graças.

O Santuário representa as invocações dos paroquianos que tem neste templo, a extensão de sua convicção no poder divino e na realização da primeira das três virtudes teológicas do homem.

REQUERIMENTO N° 5763

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Emadel Engenharia e Obras Ltda.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Emadel Engenharia e Obras Ltda que cumpre seu papel social, dando importante apoio na organização do Dia Nacional do Combate ao Câncer Infantojuvenil promovido pela Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, sendo uma empresa que se destaca no seu ramo de atividade e demonstra responsabilidade para com a sociedade através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só empresariais, mas também humanitárias e sociais, que tornem a nossa Curitiba, o nosso Paraná e o Brasil melhores.

REQUERIMENTO N° 5764

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Irmãos Passaura.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Irmãos Passaura que cumpre seu papel social, dando importante apoio na organização do

Dia Nacional do Combate ao Câncer Infantojuvenil promovido pela Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, sendo uma empresa que se destaca no seu ramo de atividade e demonstra responsabilidade para com a sociedade através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só empresariais, mas também humanitárias e sociais, que tornem a nossa Curitiba, o nosso Paraná e o Brasil melhores.

REQUERIMENTO N° 5765

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Elco Engenharia de Montagens.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Elco Engenharia de Montagens que cumpre seu papel social, dando importante apoio na organização do Dia Nacional do Combate ao Câncer Infantojuvenil promovido pela Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, sendo uma empresa que se destaca no seu ramo de atividade e demonstra responsabilidade para com a sociedade através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só empresariais, mas também humanitárias e sociais, que tornem a nossa Curitiba, o nosso Paraná e o Brasil melhores.

REQUERIMENTO N° 5766

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Construtora Atenas.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Construtora Atenas que cumpre seu papel social, dando importante apoio na organização do Dia Nacional do Combate ao Câncer Infantojuvenil promovido pela Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, sendo uma empresa que se destaca no seu ramo de atividade e demonstra responsabilidade para com a sociedade através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só empresariais, mas também humanitárias e sociais, que tornem a nossa Curitiba, o nosso Paraná e o Brasil melhores.

REQUERIMENTO N° 5767

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Plínio S. Toniolo.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Plínio S. Toniolo que cumpre seu papel social, dando importante apoio na organização do Dia Nacional do Combate ao Câncer Infantojuvenil promovido pela Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, sendo uma empresa que se destaca no seu ramo de atividade e demonstra responsabilidade para com a sociedade através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só empresariais, mas também humanitárias e sociais, que tornem a nossa Curitiba, o nosso Paraná e o Brasil melhores.

REQUERIMENTO N° 5768

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a EMPO Empresa Curitibana de Saneamento e Construção Civil.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a EMPO Empresa Curitibana de Saneamento e Construção Civil que cumpre seu papel social, dando importante apoio na organização do Dia Nacional do Combate ao Câncer Infantojuvenil promovido pela Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, sendo uma empresa que se destaca no seu ramo de atividade e demonstra responsabilidade para com a sociedade através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só empresariais, mas também humanitárias e sociais, que tornem a nossa Curitiba, o nosso Paraná e o Brasil melhores.

REQUERIMENTO N° 5770

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Alfredo Presendo.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Alfredo Presendo que cumpre seu papel social, dando importante apoio na organização do Dia Nacional do Combate ao Câncer Infantojuvenil promovido pela Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, sendo uma empresa que se destaca no seu ramo de atividade e demonstra responsabilidade para com a sociedade através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só empresariais, mas também humanitárias e sociais, que tornem a nossa Curitiba, o nosso Paraná e o Brasil melhores.

REQUERIMENTO N° 5772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo.

Sr. Prefeito Municipal de Londrina, Barbosa Neto, solicitando a regularização e relocação, quanto for o caso, do assentamento Monte Cristo 02.

Os moradores do assentamento aguardam a urbanização e a devida regularização da área, que será a única medida para garantir a dignidade e a cidadania desses moradores. Nos casos de ocupações de moradias em área de preservação, fundo de vale, que seja realizada a relocação dessas famílias.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO N° 5754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a construção do prédio próprio da Biblioteca Municipal de Ponta Grossa:

- Quais os valores totais previstos para a execução a obra?

- Que tipo de licitação foi realizada?

- Quanto desse valor já foi efetivamente liberado?

- Foi feita vistoria da obra para a verificação da correta aplicação dos valores liberados?

- Foi realizado algum contrato aditivo para a construção da biblioteca? De que valor? Qual a razão da celebração de tal contrato?

- Quais as razões da paralisação da obra e mudança de terreno? Tal paralisação provocou prejuízos? De quanto?

- Qual a previsão de retomada das obras? Existe algum calendário de execução?

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 5774

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Valter Bianchini, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e ao Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos Clasper, Sr. Valdir Izidoro Silveira, informar o que segue quanto ao pagamento dos salários dos funcionários dessa empresa pública, uma vez que recebemos informações de que os pagamentos não vem sendo feitos regularmente, o que vem causando sérios problemas aos trabalhadores no que respeita ao abastecimento de seus lares e o cumprimento dos compromissos por eles assumidos, inclusive com prejuízo aos respectivos créditos pessoais:

* Os pagamentos de salários dos funcionários da CLASPAR estão atrasados? Desde de quando?

* Os pagamentos vem sendo feitos fora do prazo normal/legal? Em que datas?

* Informar quanto foram pagos os salários correspondentes aos meses de agosto a outubro deste ano.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) ANTONIO BELINATI, DOUGLAS FABRÍCIO, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, FERNANDO SCANAVACA E DURVAL AMARAL.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 656/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 62 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 121 do Regimento Interno desta Casa, a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 8º da Lei nº 16135, de 24/06/09, publicada no DOE nº 7998 de 24/06/09, o Parágrafo Único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único. O disposto no *caput* do presente artigo se aplica, ainda às entidades e empresas de cunho estritamente jornalístico.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos da referida lei.

Art. 3º Esta lei estará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Alexandre Curi, Marcelo Rangel, Chico Noroeste, Luciana Rafagnin, Reni Pereira, Antonio Belinati, Beti Pavin, Duílio Genari, Dobrandino da Silva, Fernando Scanavaca, Rosane Ferreira, Pedro Ivo, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Teruo Kato, Jonas Guimarães, Elio Rusch, Stephanes Júnior, Augustinho Zucchi, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Edson Strapasson, Ademir Bier, Durval Amaral, Neivo Beraldin, Luiz Eduardo Cheida, Pastor Edson Praczyk, Elton Welter e Luiz Nishimori.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição legislativa tem como escopo colimar a alteração do artigo 8º da Lei nº 16135 de 24/06/09, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências, a fim de que seja excluídos da restrição os veículos de comunicação social.

No tocante aos veículos de comunicação social, a proposta pretende dar aplicabilidade ao quanto disposto no artigo 220 da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observando o disposto no artigo 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Vale ressaltar que a presente alteração legal, além do embasamento legal ora apresentado, encontra respaldo também nos textos de lei sobre o tema, existentes em outros Estados membros.

Ora, não é razoável proibir a informação da população em geral pela via do telemarketing, eis que o direito a informação é fundamental segundo o nosso texto Constitucional, razão que por si só justifica a alteração pretendida.

Outro viés de suma importância para justificação do presente projeto é que, dentre as informações jornalísticas, atingidas pelo presente projeto de lei, estão as de caráter estatal e político, cruciais para a informação e desenvolvimento crítico da população bem como para a formação de sua opinião com vistas finais ao desenvolvimento social de nosso País.

O que se pretende com a presente lei é permitir que os consumidores tenham a possibilidade de escolha entre receber ou não uma ligação de vendas, ou seja, direitos disponíveis por excelência, e não afrontar a Constituição Federal, no que concerne ao direito à informação, que se apresenta como direito fundamental de todo indivíduo à informação que se apresenta como direito fundamental de todo indivíduo albergado pelas normas da Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nossos nobres Pares para aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 657/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Apoio à Casa Acolhedora Transitória - AACAT, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) BETI PAVIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação ora tratada tem por finalidades preservar e incentivar o respeito aos direitos da criança e do adolescente.

A proteção à criança e ao adolescente é de natureza constitucional, conforme segue:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, também em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a associação vem desenvolvendo trabalho digno de reconhecimento, inclusive em nível estadual.

PROJETO DE LEI Nº 658/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no Estado do Paraná a obrigatoriedade da realização de exames do sono para a habilitação de motoristas nas categorias “C”, “D” e “E”;

Parágrafo Único. O exame deverá ser realizado em laboratórios especializados em sono, podendo ser públicos ou privados e atestados por profissionais especializados na área.

Art. 2º Os motoristas habilitados nestas categorias terão o prazo de um ano após a expedição da carteira ou renovação para apresentação do referido exame ao DETRAN;

I - Caso o motorista não apresente os exames no prazo acima terá a habilitação suspensa e recolhida até que regularize a situação;

II - Se o exame apontar distúrbios do sono o motorista terá que apresentar atestado semestrais emitido por médico especializado que comprove que o mesmo esta se submetendo a tratamentos e ou utilização de CPAP (Continuous Positive Airway Pressure), BIPAP (Bilevel Positive Pressure Airway) ou outros que possibilitem a correção de tais distúrbios;

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

Tal projeto de lei se faz necessário devido ao grande número de pessoas que apresentam distúrbios do sono e que muitas vezes não tem conhecimento deste problema e se tratando de pessoas que são condutores de veículos de grande porte ou mesmo de transporte coletivo traz riscos a sua vida e de outras pessoas.

Segundo especialistas desta área, pessoas que apresentam o distúrbio do sono mesmo que aparentemente

durmam bem a noite não descansam e já a partir das primeiras horas da manhã e do dia todo tem sonolência, tendo dificuldades em se concentrar e principalmente em dirigir, são suscetíveis a ataques cardíacos, impotência sexual, depressão entre outras moléstias.

PROJETO DE LEI Nº 659/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Apoio a Integração Comunitária - CAICO, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Apoio a Integração Comunitária - CAICO, situada a rua Guabirota, 861 - Vila Torres - Curitiba-PR, fundada em 27/03/07, sem fins lucrativos, com finalidade principal de promoção da assistência social, do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e combate a pobreza, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 660/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam dispensados de pagamento das taxas referentes ao uso de estacionamento cobrado por Shoppings Centers e Hipermercados instalados no Estado do Paraná, os clientes que comprovarem despesas correspondente a pelo menos 10 vezes o valor da referida taxa.

§ 1º A gratuidade a que se refere o *caput* só será efetiva mediante a apresentação de notas fiscais que comprovem a despesa efetuada no estabelecimento.

§ 2º As notas fiscais deverão necessariamente datar do dia no qual o cliente faz o pleito à gratuidade.

Art. 2º O período de permanência do veículo no estabelecimento dos estabelecimentos citados no artigo 1º, por até 20 minutos, dever ser gratuito.

Art. 3º O benefício previsto nesta lei só poderá ser percebido pelo cliente que permanecer por, no máximo, 6 (seis) horas no interior do Shopping Center ou Hipermercado.

§ 1º O tempo de permanência d cliente no interior do estabelecimento deverá ser comprovado através da emissão de um documento quando de sua entrada no estacionamento daquele estabelecimento.

§ 2º Caso o cliente ultrapasse o tempo previsto para a concessão da gratuidade, passa a vigorar a tabela de preços para o estacionamento utilizada normalmente pelo estabelecimento.

Art. 4º Ficam os Shopping Centers e Hipermercados obrigados a divulgar o conteúdo desta lei através da colocação de cartazes em suas dependências.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa, primeiramente, fazer com que a população paranaense seja beneficiada com a supressão da cobrança de mais esta taxa, população está que já está submetida a uma alta carga de taxas e tributos. Neste caso específico - a cobrança de estacionamento nos Shopping Centers e Hipermercados - a população é particularmente prejudicada, uma vez que já tenha consumido valores significativos nos estabelecimentos citados. Além disso, acreditamos que as vendas nos referidos estabelecimentos seriam impulsionadas, uma vez que a possibilidade de gratuidade em relação ao uso do estacionamento seja facultada àqueles que os frequentam. Se tudo isso não fosse suficiente para justificar a iniciativa prevista nesse projeto, devemos considerar sendo ele aprovado, certamente traria um incremento à arrecadação de ICMS, por parte do Estado, uma vez que o projeto prevê que o benefício da gratuidade só será concedido através apresentação de notas fiscais.

No Estado de São Paulo, existe uma lei idêntica que está perfeitamente sendo cumprida.

Esperamos que nossos colegas aprovelem esta proposição com possível urgência, que beneficiará a população paranaense.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 661/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 059, de 01/10/91, passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

Art. 1º São contemplados na presente lei, Municípios que abriguem em seu território unidades de conservação ambiental ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de abastecimento público, incluídos os mananciais subterrâneos - Aquífero Karst.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/11/09.

(a) BETI PAVIN

JUSTIFICATIVA:

O acelerado crescimento demográfico da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) fez com que ocorresse simultaneamente aumento da demanda e da poluição dos recursos hídricos disponíveis. Neste cenário a reutilização de águas servidas gera a possibilidade de reduzir a pressão sobre os recursos hídricos abrangendo concomitantemente o problema do aumento da captação e da poluição. Esta assertiva fundamenta-se no fato de que os resíduos de efluentes inserem-se no contexto de gerenciamento de recursos hídricos como uma alternativa de suprimento de demandas menos restritivas (auxiliando no combate à problemática da escassez hídrica). Aliado a este fato, ao reutilizar efluentes domésticos evita-se sua disposição no meio ambiente deixando de contaminar rios e córregos, mitigando de sobremaneira a poluição hídrica.

E com o referido crescimento, houve diversos estudos sobre os limites ao desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba impostos pela escassez de água, conclui que a disponibilidade hídrica desta região é restrita. Tais estudos realizaram a projeção da população e da degradação ambiental para vários cenários e conclui que, na hipótese de manutenção da disponibilidade hídrica atual, os mananciais disponíveis serão suficientes até 2040 para o crescimento máximo e até 2050 para o crescimento mínimo. Considerando-se a inexistência de programas de conservação dos mananciais, toda a potencialidade de uso das bacias disponíveis na região seria esgotada entre os anos 2030 e 2035 considerando o crescimento máximo, ou entre os anos 2035 e 2040 considerando o crescimento mínimo.

É importante que a lei estabeleça claramente que os benefícios de repartição do ICMS atinjam os Municípios com mananciais de abastecimentos subterrâneos - denominado Aquífero Karst, uma vez que quando da edição da Lei Complementar nº 059/91, não havia a utilização de mananciais subterrâneos para abastecimento de água.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para quem está nos assistindo por meio da TV Assembleia, vamos passar ao Pequeno Expediente, que são seis oradores, cada um com direito a cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

Primeiro orador inscrito nesta tarde, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, telespectadores que nos acompanham.

Quero saudar aqui os agentes penitenciários, saudando o presidente do sindicato, que é o Clayton, toda essa categoria que hoje se mobiliza no Estado do Paraná, estão em greve. O comando de greve esteve aqui na Assembleia Legislativa nos visitando nesta tarde. Estivemos com o Deputado Tadeu Veneri, recebemos as reivindicações. Também entendemos que as reivindicações dos agentes penitenciários são justas, possíveis de serem atendidas pelo Estado, por exemplo, a correção da gratificação está congelada desde 2005. Corrigiu-se o salário na data-base e não se corrigiu a gratificação. Gratificação que hoje está congelada em R\$ 1 mil e 550. Essa gratificação é maior do que a maioria dos salários pagos aos agentes penitenciários.

No dia de ontem tivemos um debate com o Governo, com a presença de vários sindicatos, inclusive o SINDARSPEN. O Governo sinalizou, a partir de janeiro, com a correção dessa gratificação. Esse foi um passo muito importante, mas temos em nossas mãos outras reivindicações dessa categoria importante: por exemplo, a escala. Os servidores reivindicam a mudança na escala, que não vai ter necessidade de contratar nenhum outro servidor novo. Com o mesmo contingente que temos, é possível alterar a escala para favorecer o trabalho dos agentes penitenciários, como por exemplo uma equipe de um horário não consegue se encontrar com a outra do outro turno. Isso dificulta muito o trabalho, porque não sabem, os que entram, o que aconteceu no período anterior, na outra escala. Então, é muito importante que a escala seja alterada.

Por exemplo, a proposição alternativa é de 24 por 48 e de 12 por 60. Fazendo alternadamente você atende, inclusive, a um quesito que é de melhorar a saúde do agente penitenciário, que precisa de um tempo maior para desestressar, porque o trabalho do agente penitenciário é um trabalho que, com certeza, leva a distúrbios psicológicos. E sabemos que a incidência a Síndrome de Burnout nesses servidores é muito grande, que é esgotamento mental, é o desgaste, é a chamada Síndrome da Desistência, que queima de dentro para fora, é pior do que a depressão. Essa doença acomete boa parte dos agentes penitenciários, e por isso há essa reivindicação na mudança da escala.

Também há um porte de arma, aprovado por esta Casa, por unanimidade, que outros Estados já implementaram, que sofreu um veto do Governador e precisamos derrubar esse veto para implementar aqui o direito do agente, quando fora das unidades, para a sua proteção, ter o regulamento, por parte do Estado e ter a permissão para o uso de arma para se proteger.

Acompanhamos casos no Paraná que se o agente estivesse desarmado, ele teria sido assassinado. Sabemos da importância que é o atendimento à pauta de reivindicação dos agentes penitenciários. Por isso estamos apoiando e pedindo a intervenção dos demais Deputados desta Casa, junto ao Governador, para que atenda ao pleito esta importante categoria no Estado do Paraná.

Estamos acompanhando a greve da Polícia Civil no nosso Estado, no dia de ontem, com protesto. O seu maior pedido é a aprovação do plano de carreira, que já foi debatido com o Estado, desde 2005. Há uma necessidade desse plano, porque corrigirá a carreira dando condição de salário e de trabalho para que a Polícia Civil no Paraná possa desempenhar suas funções, como os paranaenses desejam e precisam. Dizer da nossa solidariedade a essa categoria, que se encontra mobilizada em greve, hoje, no Paraná.

Pedir ao Governo do nosso Estado que atenda as reivindicações, porque a Polícia Civil, assim como a Polícia Militar, os agentes penitenciários, que fazem a segurança do nosso povo, estão necessitando de atendimento da sua pauta de reivindicação.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Saudar os estudantes que estão nos visitando nesta tarde e professores que os acompanham; saudar também a presença dos estudantes que estão representando a direção do Movimento Estudantil do Paraná, que vão usar o Grande expediente; saudar os estudantes que estiveram em congresso nesta semana, quando pude acompanhar os estudantes indo para as escolas, elegendo delegados, organizando as caravanas. Também pude acompanhar a eleição da direção nova da União Paranaense dos Estudantes. Parabenizar a organização do congresso, a nossa entidade paranaense. Os estudantes são a nossa razão nas escolas. Eu que sou professor há 26 anos sei da importância que eles têm para o Paraná e o Brasil, para a construção de uma sociedade nova, justa e igualitária.

Parabéns a todos os estudantes do Estado do Paraná, aqui representados na Assembleia Legislativa, hoje, por esta escola e também pela direção da União Paranaense dos Estudantes.

Falar da Conferência Estadual de Educação, que acontece desde ontem e vai até quinta-feira, em Curitiba, com a presença de mais de 2 mil delegados, que representam estudantes, pais, mães, professores de escolas, sociedade civil organizada, gestores municipais, estaduais, a Assembleia Legislativa está lá também representada. Esta Conferência que é a CONAE, é histórica, o Brasil organiza uma Conferência Nacional de Educação, que vai acontecer em abril do ano que vem é precedida de Conferência Estadual como esta que está acontecendo esta semana. E a Conferência Estadual foi precedida de Conferências Municipais e de Conferências Regionais e Intermunicipais. Foram 190 Conferências realizadas no Estado do Paraná. Todos os Municípios participaram. E os delegados que estão aqui em Curitiba, no Centro de Convenções desde ontem, estão lá fazendo propostas que serão levadas para a Conferência Nacional. Essas propostas, de todos os Estados e do Distrito Federal, serão então

debatidas em abril, na Conferência Nacional. Com que objetivo? O objetivo é a construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação, que o Brasil não tem. Precisa construir.

Para regulamentar os dispositivos da Constituição que ainda não foram regulamentados e para construirmos novos direitos que ainda não estão assegurados para o povo brasileiro. Queremos uma escola unitária, que a mesma qualidade seja na escola municipal, na estadual, na escola privada. Do Oiapoque ao Chuí. Para isso precisa assegurar recursos.

Por isso estamos trabalhando o orçamento da Educação. A proposta é de, no mínimo, o Brasil passar a aplicar 7% do seu PIB em Educação, que é um patamar mínimo aceitável internacionalmente. E aí vamos ter escolas boas, com estrutura física, transporte assegurado, vamos ter bibliotecas, laboratórios, acesso em todos os níveis, todas as etapas. Seja na educação básica, no ensino superior, porque tanto uma como outra carece de mais recursos aqui no Paraná e nos demais Estados.

Vamos ter funcionários de escolas com carreiras e salários decentes, professores também com salário, com carreira, com condições de trabalho adequado. E nós, com certeza, vamos contribuir muito, através da Educação, com o desenvolvimento dos Municípios, dos Estados e do nosso País.

Sabemos que um País, Estado, Município, pode crescer economicamente, mas ele não se desenvolve se não investir pesadamente na Educação. Por isso a Educação contribui de forma decisiva com a emancipação das pessoas, que leva ao desenvolvimento do Município, do Estado e da União.

Esta Conferência, que é histórica convocada pelo Presidente da República, não é uma Conferência dada pelo Governo. Ela foi uma conquista, porque nós brasileiros, através dos nossos professores e de várias lideranças, já reivindicávamos há muitos anos essa Conferência. Já na década de 30, o manifesto dos pioneiros, com o Anízio Teixeira à frente, já defendia a Educação como direito das pessoas e como um dever do Estado. Já no manifesto reivindicava o Sistema Nacional de Educação, o Manifesto dos Pioneiros, na década de 30 já reivindicava condições adequadas de trabalho, já reivindicava salário justo para os professores e funcionários de escola, já reivindicava acesso desde o ensino infantil até o término da faculdade.

Então, a Educação, neste momento, está reunida no Brasil todo construindo propostas para mudar a Educação brasileira. Por isso insistimos aqui nesta tribuna: Srs. Deputados e Deputadas que puderem, não puderam ir até hoje, mas amanhã vai ser importante, uma Plenária do dia todo lá no Centro de Convenções de Curitiba, para fecharmos as propostas que vamos levar a Brasília. É muito importante a presença de cada um aqui nesta Conferência, porque queremos chegar em Brasília em abril com propostas do Paraná contribuindo com a construção de uma escola pública de qualidade para o povo brasileiro.

Para finalizar, queremos homenagear o Município de Vera Cruz do Oeste, que na data de hoje está de aniversário e convida todos os Deputados, todos os paranaenses para a EXPOVECO, a exposição que vai começar na data de amanhã e se estende até o dia 29, lá do Município, que próximo a Cascavel, na rodovia entre Cascavel e Foz do Iguaçu, uma Cidade que está em festa e nos convida e eu estendo o convite aqui a todos que nos assistem nesta tarde de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quero registrar, a pedido do Deputado Strapasson, a presença aqui dos alunos da Escola Estadual Raulino Costacurta, de Colombo. Agradeço a presença de todos.

Deputado Strapasson, o senhor pode falar o nome dos professores?

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Professora Edilmar, é diretora da Escola Raulino Costacurta; temos também a presença da vice-diretoria, professora Seila Amador; professor Sidney Carneiro Ferraz; professoras Ilma Santos, Aliete Prestes, Gislaine Gomes e Marilze da Silva, que atuam num trabalho muito interessante que vamos abordar na sequência.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado pela presença.

Com a palavra a Deputada Beti Pavin.

Deputada Beti Pavin (PMDB)

A SRA. BETI PAVIN

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, alunos da Escola Estadual Raulino Costacurta, lá da Vila Guarani, Município de Colombo, professores, é uma honra para nós termos vocês aqui participando desta Sessão conosco, são bem-vindos, senhores da TV SINAL, pessoas que nos assistem.

Ocupo esta tribuna para comunicar aos demais Deputados que não puderam participar, que hoje pela manhã estivemos participando, no plenarinho da Assembleia Legislativa, juntamente com o Deputado Cheida, que preside a Comissão de Meio Ambiente desta Casa, a Deputada Rosane Ferreira, o Deputado Reni também passou por lá, o Deputado Strapasson, para discutirmos a questão do Karst na Região Metropolitana de Curitiba. Para quem não sabe, o Karst é um aquífero que está sendo explorado há mais ou menos 10 anos para abastecimento da grande Curitiba, Colombo, Almirante Tamandaré, enfim todos os Municípios próximos daqui hoje, além de outras fontes de abastecimento também se utilizam do Karst, que atinge vários Municípios do Estado do Paraná, mas nos debruçamos mais na Região Norte de Curitiba, onde atinge mais diretamente seis Municípios que são: Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo e Itaperuçu.

Por que propusemos essa Audiência Pública, convidando entidades, vários ONGs, representantes do Governo, das diversas entidades que se fizeram lá presentes como a Dra. Maria Arlete, da SANEPAR; Fornazzali, do IAP; o professor Donizete, da Universidade Federal; Sr. Jurandir, do IPAGUAS; Dr. Eduardo Salamuni, da MINEROPAR, Gil, da COMEC, vários geólogos que estavam ali? Porque existe uma dúvida muito grande com relação à exploração desse aquífero. E no decorrer deste ano várias Audiências Públicas foram organizadas pela SANEPAR e pela SUDERHSA para discutir nas comunidades a utilização do aquífero, das áreas onde está localizado o aquífero.

O que se pode e o que não se pode fazer? Vivemos muito de perto isso, há cerca de nove, 10 anos atrás, na Cidade de Colombo, onde a SANEPAR acabou indo para aquela Cidade de uma hora para outra, perfurando esses poços artesianos e provocando lá várias situações de calamidade, onde em várias nascentes, rios, enfim, comprometendo de alguma maneira o meio ambiente. Casas nós tivemos rachadas, trincadas, foram refeitas, valetas, muita erosão aconteceu naquela região. Temos o exemplo até da Cidade de Almirante Tamandaré, onde tem lá uma escola construída no Governo passado, uma escola estadual que está praticamente condenada em função de ter sido construída no local errado.

Estamos chamando a atenção dos órgãos governamentais porque queremos, estamos sugerindo hoje, através dessa Audiência Pública, que se tenha, que se busque mecanismos para que nós, a sociedade civil organizada, o Governo, a sociedade civil em particular, que sofreu muito no passado com decisões que aconteceram lá e na época não tínhamos quem nos ouvisse do outro lado, na época a Companhia de Saneamento, órgãos governamentais, me refiro ao Governo anterior que antecedeu esse Governo, na época a população não tinha a quem recorrer, eram mentiras, informações sonegadas.

O que nós queremos? Queremos com isso trazer um mecanismo de controle para que estejamos conscientes e tenhamos conhecimento do que efetivamente acontece, quanta água é explorada, para onde está indo essa água, para se ter um controle efetivo da perfuração dos poços, para que pudéssemos ter junto com todas essas entidades esses mecanismos de controle.

Então, nos próximos dias estaremos trabalhando juntamente com a comissão, com o Deputado Cheida, Deputadas Rosane e demais Deputados da Comissão de Meio Ambiente para trabalharmos em conjunto e vermos que tipo de ato sairá, que tipo de sugestão vamos poder fazer para que possamos ter um trabalho de fiscalização mais efetivo da sociedade, envolvendo ONGs, universidades, escolas, enfim, a sociedade civil organizada.

E por último dizer a esses Municípios que estamos também trabalhando a questão de royalties. Ontem foi discutido os royalties ecológicos, e dizer que esses Municípios têm uma grande área que está comprometida com o uso.

Então, temos que, de alguma maneira dar condições para que esses Municípios possam trabalhar melhor essas áreas, trazendo uma condição e cuidado maior.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Uma das grandes preocupações é a questão da utilização do uso do solo. Temos o direito, a Constituição assegura o direito à propriedade, muitos desses proprietários não poderão utilizar de qualquer maneira as suas propriedades. Então, o que precisamos fazer? Temos que ter um mecanismo - eu só falei da Lei dos Royalties porque pode se pensar também numa proporcionalidade do que se consome da água advinda do Karst, que ela é cobrada, é uma água barata, é uma água boa, por enquanto como foi colocada hoje pelos técnicos - para que esses recursos, Deputado Cheida, possam ir para esses Municípios para que eles tenham condições de fazer um trabalho diferenciado, procurando trazer para aquelas regiões, financiar até atividades que não comprometam o Karst, porque o Karst, minha gente, é água para tomarmos, não é para Almirante Tamandaré, não é para Colombo, é para a Capital do Paraná, também.

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Deputada Beti Pavin, apenas para cumprimentá-la porque essa Audiência Pública, que no meu entendimento foi extremamente importante e marcou um passo, deu um passo importante na resolução de um problema seriíssimo que é a contaminação de uma região que cresce a olhos vistos. Foi proporcionada por ideia de V. Exa.

Então, queria cumprimentá-la e dizer que também partilho das suas conclusões, que demos alguns passos concretos, V. Exa. se lembra do licenciamento integrado, do grupo gestor, que ali foram propostos, do Elia-Rima que está finalizando agora; do uso dos termos de ajuste de conduta para fazer educação ambiental e outras importantes colaborações que foram feitas hoje.

V. Exa. está de parabéns, a Comissão de Meio Ambiente também. Os Deputados Strapasson, Reni Pereira, a Deputada Rosane também estiveram presentes e mais de 120 pessoas ali discutindo por mais de três horas seguidamente. Quero parabenizá-la, bem como todos aqueles que participaram dessa importante Audiência.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB)

Obrigada, Deputado Cheida, realmente pela participação das pessoas nesta manhã, foi até meio-dia, perto de 120 pessoas, como V. Exa. falou, para percebermos, sentirmos, temos a certeza do grande desconhecimento que nós temos, a população tem com relação ao Karst.

Para finalizar, agradecer a participação de todos os senhores e dizer que vamos fazer mais discussões com relação a isso. Tenho certeza que a discussão que tivemos hoje pela manhã não cairá no vazio. Com certeza traremos

sugestões para que possamos atingir o objetivo, de que é dar uma condição melhor para esses Municípios que estão engessados, para que a sociedade tenha um controle, para que os nossos agricultores, proprietários dessa região, saibam o que fazer das suas terras, tenham uma segurança de como utilizar as suas terras e, principalmente, que eles não venham a ter, amanhã ou depois, coisas caindo por conta de uma superexploração desses poços artesianos nas Cidades da Região Metropolitana.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Terceiro orador inscrito é o Deputado Edson Strapasson que fará o horário do Pequeno Expediente e também o horário da liderança, por cinco minutos, da Deputada Beti.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero agradecer a presença dos nossos professores já nominados e nossos alunos da Escola Estadual Raulino Costacurta, de Colombo, que nesta tarde especial nos abrilhantam com suas presenças. Temos coincidentemente no Grande Expediente a oportunidade para que a União Paranaense dos Estudantes utilize a tribuna desta Casa, para que possa fazer os encaminhamentos.

Convidamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que viesse conhecer a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que tem sido visitada por alunos e pessoas de todas as partes do Estado, até em reconhecimento e em retribuição ao grande evento que tivemos a oportunidade de participar no sábado último lá na Escola Raulino Costacurta, evento da professora Edilmara, diretora; e professor Sidney, juntamente com outros professores, que fazem um trabalho fantástico. Trabalho que é digno dos votos de louvores desta Casa, para que possamos fazer desse bom exemplo, desse bom trabalho, uma referência para tantas escolas do Estado do Paraná, que muitas vezes não têm atinado para as necessidades desse trabalho.

O evento contou com a participação de mais de 1 mil e 400 pessoas, só de alunos em torno de 1 mil aproximadamente. Foi muito importante para toda a Região Metropolitana. Um evento que trata da prevenção do uso indevido de drogas, e realmente prega dentro de uma conscientização. Um trabalho que é feito permanentemente pela escola, que tem tido o acompanhamento e a supervisão da universidade de Brasília, que faz da Escola Raulino Costacurta um bom exemplo a ser seguido.

Esse exemplo, que pudemos acompanhar no sábado, que pude, conversando com vários alunos, ter a ciência clara do trabalho que é feito de forma harmoniosa dentro da escola.

É bom destacar que inicialmente os professores deram liberdade para que fossem trabalhados alguns assuntos na área de Saúde, como a prevenção de drogas,

que muitas vezes é assunto extracurricular, mas dentro de uma conversa de uma integração, dentro de uma participação permanente dos alunos. Vemos que realmente esse trabalho conduziu a grande frutos.

A questão de prevenção da droga envolve aquilo que tenho dito frequentemente, que façamos, Deputado Dobrandino, o senhor que é de Foz do Iguaçu, e tão fortemente Foz tem um nível de violência muito grande, a nossa Região Metropolitana também possui um nível de violência e criminalidade muito grande e precisamos estabelecer formas de combatê-lo.

Não vejo outro jeito que não seja através da escola, através da Educação, conscientização, palestras, conversas para procurar identificar. Muitas vezes a criminalidade tem origem dentro da família. Fiquei entusiasmado porque tivemos palestras com a fala do Diretor de Anti-drogas do Município de Colombo, que falou a sua experiência.

Falamos da questão da família, eu, pessoalmente, falando com um aluno, o Ruan, ele pediu para eu sentar numa sala em um sofá, dentro da sala de aula, e começou me abordar sobre alguns temas que creio que deveriam ser uma conversa muito grande em família. Por exemplo, me pergunto se tenho filhos, se converso todos os dias com eles, se falo para eles que os amo, se eles falam que me amam, porque é isso, o amor no coração nasce realmente na essência de uma família.

Não podemos, de forma nenhuma, mudar essa realidade apenas com a violência da Polícia. A Polícia muitas vezes enfrentando aquele que lhe diz que é o bandido, muitas vezes esse bandido de hoje, até pouco tempo era uma criança inocente, indefesa, e que através da falta dos bons tratamentos, da atenção da família, muitas vezes buscou, cooptado pela oportunidade do mundo do crime, um caminho errado.

E é evidente que a família, e no mundo em que vivemos hoje, onde a mulher foi convocada, necessariamente, a trabalhar no dia a dia fora de casa para trazer o sustento para a família, essa mulher muitas vezes no mundo urbano, deixa sua família sem ter aquela atenção possível. Infelizmente, a rua muitas vezes traz muita coisa errada. E se a escola, no contraturno escolar, oferece atividades culturais, esportivas, de formação de valores, de caráter, de conduta, começa e dar aquele amor, carinho, começa a identificar quem são as crianças, os jovens que estão sendo vulneráveis a esse mundo errado. Com certeza ela será muito mais que uma escola, como dizia minha mãe é a segunda casa da gente. Para os professores ela é a primeira casa, mas para o aluno é a segunda. E é na escola que devemos trabalhar.

Vejo muitas vezes, senhores professores, senhores alunos, o Estado, o Governo Federal com grandes cartazes, marketing, fazendo programas com atitudes que são importantes, mas vejo que a eficiência desse trabalho feito de forma voluntária, de forma extracurricular, um trabalho que contou com apoio financeiro de algumas livrarias da comunidade, alguns comércios, e contribuíram para

produzir os materiais, foram produzidos mais de 1 mil trabalhos em áreas importantes, como o aborto. Pude acompanhar, naquele vidrinho, que aquela vida, o Joãozinho que estava dentro, ele era um feto, que por alguma razão foi abortado. É evidente que temos que levar a fundo na carne, ao vivo, essa realidade do aborto.

A questão do bulling nas escolas, eu falava com a Deputada Cida Borghetti, há pouco, é um fator muito preocupante. Muita gente, muitas vezes, nem sabe o que é bulling. É aquela questão que não estamos acostumados, termo em inglês, mas é você, dentro da escola, ter discriminação, exclusão, intimidar o aluno, aterrorizar, amedrontar, constranger, agredir, bater. São atitudes, e falava o professor Sidney o que é e o que é. Quando você vê uma rodinha de crianças, três sorrindo e um chorando, isto é bulling; quando você vê uma rodinha onde alguém está sendo agredido, isto é bulling. Essa agressão tem que ser combatida pela conversa, pelo diálogo.

Não vamos acabar com isso, é evidente, com projetos de lei que possa ser aprovado nesta Casa, mas através do trabalho diário que a escola faz, que é importante, necessário. Vimos dentro da escola os pais procurando receber orientação de como tratar seus filhos, os jovens entender os problemas da adolescência, muitas vezes, como encaminhar.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Esse trabalho, quero enaltecer mais uma vez, dizer que muito nos honrou estar lá nesse evento. Muito nos honra ver escolas fazendo por conta própria, sem apoio do Governo, sem muitas vezes receber recursos para isso, um trabalho avançado. Que Deus abençoe e que tenhamos esse exemplo seguido em todas as escolas do Paraná, para que realmente esse trabalho que vai muito além do que dar aula normal, seja um trabalho da formação do cidadão, porque tenho certeza que nossas crianças, nossos jovens são o futuro. Não. Eles vão mudar o futuro do nosso País, do nosso Estado. Vão mudar como? Mudando sua família. Muitas vezes a droga entra porque a família está desagregada, está destruída.

Precisamos recompor a comunidade, a família, através da escola. E foi muito bom, muito interessante esse exemplo. Tenho certeza de que ficará registrado nos Anais desta Casa este momento importante. Voltem sempre. Tenho certeza de que a Assembleia Legislativa e nós todos estamos levando isso como exemplo à outras regiões. Com certeza eu também farei este papel, os Deputados vão propagar esta iniciativa e vão mostrar que o Governo sozinho não pode mudar uma realidade; agora nós, todos juntos, centrados no trabalho do professor, na Educação, na escola, na comunidade, mesmo com poucos recursos, podemos e fazemos a grande diferença. E tenho certeza que mais do que nunca, numa região que você vê a violência caminhando solto, você imagina que temos que levar a solução que dentro das escolas, aos jovens, que eu tenho certeza, vão mudar essa realidade.

Parabéns aos professores, professor Sidney e toda a sua equipe, professora Edilmara. E mais uma vez, parabéns aos nossos queridos alunos da Escola Estadual Raulino Costacurta. Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em nome dos Deputados Scanavaca e Accorsi quero registrar a presença dos Vereadores de Douradina: João Araújo, Presidente da Câmara; Tatinho, Cidinho e Nilo. Muito obrigado pela presença de todos.

Próxima oradora inscrita no Pequeno Expediente, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar também aqui professores, estudantes do Município de Colombo. Parabenizo o pronunciamento do Deputado Strapasson. E lembrava, enquanto o Deputado fazia o seu pronunciamento, da velha frase de John Lennon: “Se os homens do mundo inteiro se dessem as mãos, não sobraria nenhuma para tocar em armas”. E é verdade, se falássemos mais, tivéssemos mais diálogo, mais amor, com certeza diminuiria a violência. E preocupado com essa questão, principalmente com esse trabalho importante que a escola realiza, é que apresentei nesta Casa um projeto de lei que institui a presença de um psicólogo nas escolas. Acredito que vai ser muito importante para o acompanhamento, e vai contribuir muito para diminuir a violência que temos hoje no nosso Estado, inclusive a violência que acontece nas escolas.

Sr. Presidente, uso a tribuna neste dia, inicialmente queria fazer um convite a todos os Parlamentares, mas de uma maneira especial, Deputada Rosane, aos Deputados que fazem parte da Frente Parlamentar de Segurança alimentar. Nos próximos dias 30 de novembro e 1º de dezembro acontece o primeiro Encontro da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná. Esse encontro está sendo promovido pela Secretaria do Trabalho, também a Secretaria da Agricultura, Secretaria da Saúde, e claro, junto à Frente Parlamentar de Segurança Alimentar. Nesse dia, com certeza, vão ser discutidos os desafios e os avanços que se teve com relação à segurança alimentar e nutricional no País e no nosso Estado. O encontro começa na parte da tarde, a partir das 14h, mas na parte da manhã, às 11h da manhã estaremos com a Frente Parlamentar e Prefeitos que são presidentes das regionais do nosso Estado. Estaremos reunidos e apresentaremos à Frente, junto com o CONSEA, que está promovendo esse encontro, estaremos apresentando aos Prefeitos o que realmente fez a Frente Parlamentar e o CONSEA durante esse período e como que está a segurança nutricional no Estado do Paraná. O encontro vai ser realizado no Clube Três Marias, avenida Três Marias, bairro Orleans, 274, Curitiba. E aqui fica o convite a todos.

Também, Sr. Presidente, gostaria bem rapidamente de justificar a nossa ausência na quarta-feira da semana passada, pois estávamos em Brasília acompanhando a AMP - Associação dos Municípios do Paraná, onde tivemos 39 Municípios que pediram o decreto do estado de emergência por terem sido atingidos pelos fortes vendavais. Fomos a uma audiência com o Ministro Paulo Bernardo. Ele recebeu os Prefeitos dos Municípios do Estado do Paraná, ouvi todos e se prontificou, sim, dizendo que o Governo Federal vai auxiliar os Municípios do Estado do Paraná, mas dependia muito do decreto de estado de emergência. Naquele momento poucos Municípios tinham já o decreto de estado de emergência.

Na tarde de ontem tivemos uma outra reunião com a AMP e já podemos contar com 28 dos 39 que solicitaram estado de emergência. Hoje a AMP está novamente em Brasília levando a documentação para o Ministro Paulo Bernardo, e depois de levantadas todas as perdas o Governo Federal vai auxiliar os Municípios do nosso Estado do Paraná. O Ministro Paulo Bernardo comentou que, assim como Santa Catarina teve apoio do Governo Federal, o Paraná também terá.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador, inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Não estando presente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para que façamos uma reflexão. Há tempos atrás tivemos um fato que foi levado ao mundo todo por várias redes de televisão, que foi o acontecido na Fazenda Cutrale, quando 10 alqueires de laranja foram destruídos por uma ocupação feita, e condenada por todos os segmentos da sociedade. Espero que tenham o mesmo tipo de condenação, as ações que estão sendo desenvolvidas por madeireiros no interior do Paraná, especificamente nessa área onde ontem houve uma grande operação da Polícia Federal, que entrou com 498 policiais, 180 viaturas percorreram todos os 12 Municípios.

Confirma tudo aquilo que já vínhamos dizendo aqui, que há, de fato, em alguns assentamentos, problemas. E esse assentamentos que têm problema, quando são apontados, não são apontados problemas como esse, que famílias foram retiradas dos assentamentos, foram coagidas dentro dos assentamentos. Algumas dessas famílias, isso dito pela Polícia Federal, que foram tiradas madeiras das suas áreas, essas famílias tinham condição - dito pelo delegado - chegaram armados e perguntavam se o morador iria vender e ainda complementavam: "Acho melhor você vender". Isso dito pelo

delegado que acompanhou essa operação, que apreendeu 79 caminhões de madeira. E dito que saem mais de 50 caminhões de madeira de reflorestamento e madeira nativa feita por pistoleiros, feita pelos donos de 35 serrarias da região, inclusive envolvendo Vereadores da área. Pessoas que, sem dúvida nenhuma, têm poder aquisitivo muito mais do que aqueles que têm 10, cinco alqueires de terra.

Então, acredito que é preciso que façamos aqui uma reflexão sobre a situação dessas pessoas, porque essas pessoas não são coitadinhas, Deputado Dobrandino, esses madeireiros, entre aspas empresários, porque na verdade não são empresários, são ladrões de madeira, são pessoas que roubam madeira, são pessoas que se beneficiam do roubo, que já haviam sido alguns deles acusados, há alguns meses, em outra operação da Polícia Federal.

A pergunta que temos que fazer é: quem compra essa madeira? Porque em algum lugar essa madeira roubada, essa madeira que está sendo tirada de dentro dessa área - madeira do INCRA - vai parar. Parte dessa madeira é pinus, parte é madeira nativa, mas em algum lugar essa madeira vai parar. Sei que hoje não é possível fazermos esse debate, até porque não temos horário mais do Partido dos Trabalhadores, já foi usado pelo nosso Deputado que me antecedeu, Professor Lemos, mas quero, na segunda-feira, fazer esse debate, porque tenho ouvido diversas críticas ao MST. Algumas delas com ponderação que temos que acatar, outras que não tem ponderações, que são ideológicas, e acho que temos que respeitar justamente por serem ideológicas. Agora, é preciso também que coloquemos alguns pingos nos is.

Antes que digam que são os integrantes do MST que estão roubando madeira, que estão derrubando, quero saber como é que pensamos a respeito disso. As pessoas que estão tirando de dentro dessas áreas e que estão expulsando inclusive alguns dos pequenos proprietários, que eram coagidas nesse processo, não são integrantes do MST. Entretanto, não tenho a menor dúvida que se não fizermos esse debate, amanhã ou depois, surgem como se fossem pessoas do MST que estão destruindo a floresta, que estão destruindo milhares de hectares de terra, que estão vendendo madeira. Ora, a Polícia Federal apontou, Srs. Deputados, no dia de ontem, seis integrantes do MST. Entretanto, a mesma Polícia Federal apontou, está aqui em todos os jornais, os senhores devem ter visto, a interdição de 35 madeiras.

Deputada Rosane, V. Exa. que é do PV, um partido que defende o meio ambiente, quem ganha com a devastação ambiental no Sul do Paraná? Quem ganha com essa madeira que está sendo cortada e levada aos milhares de metros cúbicos para determinadas regiões? Esta, sem dúvida nenhuma, é uma pergunta que queremos ver respondida aqui. Certamente que não será possível pelos Srs. Deputados, até porque os Deputados não têm essa resposta, mas esperamos que a Polícia Federal, o IBAMA, a Força Verde e a Polícia Militar, que assim

como o INCRA foram os principais responsáveis por essa ação, possam nos dizer quem está ganhando, há tantos anos, Deputados Belinati, com a clandestina e criminosa retirada de madeira em determinadas áreas, que são levadas para determinadas serrarias, que são vendidas legalmente, com nota. Quem está dando essas notas? Quem está conseguindo fazer isso?

Tenho certeza que essas pessoas não são aquelas que estão no MST, porque aquelas não têm dinheiro, muitas vezes, nem para comer, quem dirá para ter uma das 35 serrarias que estão serrando e roubando madeira no Estado do Paraná.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Grande Expediente está reservado, numa excepcionalidade, por determinação do Presidente Nelson Justus, para o Presidente da UPES, Rafael Clabonde. Solicito que o estudante tome posse da tribuna.

Sr. Rafael Clabonde - Presidente da UPES

O SR. RAFAEL CLABONE

Muito obrigado, Presidente Augustinho Zucchi, que preside hoje. Na sua pessoa, gostaria de cumprimentar a todos os Parlamentares, companheiros trabalhadores da imprensa e a todos que nos assistem pela TV SINAL, cidadãos de todo Paraná e de todo País.

É com muito orgulho que a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, entidade da qual hoje sou diretor, faz uso deste tribuna, após tanto tempo.

Inclusive fiz essa mesma fala para divulgar o nosso evento, o nosso Congresso, o 49º Congresso aqui na Casa dos Parlamentares de Curitiba, na Câmara Municipal, e lá também repeti esse mesmo começo de que eu não sabia mensurar há quanto tempo a UPES não ocupava esta tribuna e da Câmara de Curitiba, porque infelizmente tivemos, no dia 07 de agosto, aqui na nossa sede que fica logo ao lado do Museu do Olho, a destruição criminosa da nossa sede, onde documentos de memória do movimento estudantil, que registravam essas falas em espaços que a UPES ocupava na sociedade, foram destruídos com toda a nossa sede. Essa foi a característica principal do nosso congresso, que pela primeira vez aconteceu tendo a sua abertura na porta dos estudantes.

Inauguramos a nova sede após 107 dias, exatamente, acampados após a destruição dessa sede, mostrando o caráter combativo de uma entidade que, por mais tentativas da destruição dos nossos sonhos, levantou a cabeça nos momentos mais difíceis e conseguiu, acima de tudo, driblar os seus problemas para pautar que o papel da UPES, acima de tudo, além de fazer qualquer denúncia contra qualquer injustiça neste Estado, é tentar garantir e buscar o objetivo de ter uma educação pública gratuita e de qualidade para todos os jovens, para todos os adultos, para todos os cidadãos e cidadãs paranaenses.

Esse compromisso foi reafirmado no 49º Congresso que tivemos a oportunidade de realizar no último final de semana aqui na Cidade de Curitiba, com a abertura, inclusive, passando aqui ao lado, nas ruas do Centro Cívico, assim como os estudantes brasileiros mobilizados, não só pela UPES, mas também pela nossa gloriosa União Nacional dos Estudantes, a nossa UNE, e também a Associação Nacional dos Pós-Graduando, que tem pautado pelas ruas de todo o País o investimento de 50% do fundo social do pré-sal para a Educação.

É uma discussão que vem ganhando corpo em todas as Casas, nos Parlamentos do País, e que aqui também se fez presente com alguns debates nesta Casa e inclusive do cotidiano da Casa. É importante que se faça, porque tem muito Parlamentar ainda dizendo que tem que se discutir o pré-sal daqui a 10, 15 anos, quem sabe. Mas demos um recado a eles nessa passeata, que é interessante discutir para nós, hoje, para onde irá o fundo do pré-sal daqui a 10 anos, porque é hoje que nós, os estudantes, ao invés de lotarmos as salas de aulas das universidades, estamos lotando as celas das cadeias e estamos ganhando cada vez mais a marginalidade ao invés dos espaços que deveríamos ocupar, de cultura, de esporte e de lazer, que vão formar a opinião do cidadão.

Então, o Congresso foi histórico, porque também trouxe como seu patrono o Cacique Guairacá, uma figura memorável da luta do povo paranaense que tentou, de maneira brava, resistir à destruição das suas terras pelos colonos que aqui vieram da Espanha, pelos Bandeirantes, que derramaram muito sangue de índio para construir o que é hoje a nossa Guaíra, que foi a Vila Guairá. E ele, muito bravamente, com os demais índios, batiam no peito e diziam: Essa terra aqui tem dono”.

Então, justamente porque a UPES bateu no peito e disse que a sua sede pertence há mais de 40 anos, no bairro do Juvevê, a UPES também disse que aquela terra ali tinha dono e um dia, inclusive, também ocupamos esse espaço aqui para dizer também que a COPEL era do povo paranaense e impedimos, juntamente com boa parte da sociedade paranaense, a venda dessa que é maior estatal no ramo, hoje, na América Latina. E nós, mais uma vez, estudantes, mobilizados e organizados, provávamos, naquele momento histórico, que estávamos certos, como provamos um dia que a Campanha o Petróleo é Nosso deveria ser encabeçada não só pelos estudantes, mas por toda a elite, por toda a classe média, pelos intelectuais, pelas mentes mais avançadas do País, e originou a PETROBRAS, que me permitam aqui não fazer nenhuma apresentação, porque dispensa, porque é uma grande empresa, e que ao invés de ter todo o seu dinheiro, como queriam alguns, indo para o capital internacional, hoje serve ao povo brasileiro. E é por causa disso que nós, os estudantes, já nesse Congresso da UPES, saímos às ruas reivindicando que o fundo do pré-sal tenha o seu investimento em Educação, Ciência e Tecnologia, ao contrário daqueles que não querem que a Educação seja um direito de todos, um direito humano, como ela tem que ser hoje.

Faço aqui justiça a não-presença do Mário Sérgio de Andrade, que foi recentemente eleito nesse Congresso, porque estamos passando em meio ao processo da Conferência Estadual de Educação. Então, infelizmente não podíamos ficar com duas das nossas lideranças ocupando esse espaço aqui e deixando de lado, onde estão sendo tomadas as decisões do rumo dos próximos 10 anos da Educação no Paraná. E de lá vamos para a Conferência Nacional de Educação, em abril do próximo ano, como bem ressaltou o Professor Lemos, para reivindicar mais investimentos para a Educação, mais qualidade dentro das nossas escolas, e, acima de tudo, mais democracia.

A Conferência Nacional de Educação e a Conferência Estadual de Educação, que acontece aqui em Curitiba, no Centro de Convenções, está pautando prioritariamente a questão da gestão democrática como sendo a base do nosso debate para discutir uma nova escola. Porque é inadmissível continuarmos a desmerecer a opinião daqueles que hoje são maioria nos espaços escolares, que somos nós estudantes. Você ouviu muitas vezes os professores, ainda que malmente, os funcionários e os nossos pais, mas acabam voltando as costas para a opinião dos estudantes, que estão encarando o duro dia a dia da escola, que querem transformar essa realidade.

Acredito que o compromisso da UPES, mais uma vez nesta tribuna, é de estar à disposição de todas e todos os Parlamentares, para que vejam a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas um instrumento da sociedade, dos estudantes, que se organizam para poder colocar os olhos de toda a sociedade para os problemas específicos de cada escola.

Esse Congresso foi histórico, não só inaugurou a nova sede da UPES, não só porque fez mobilização, não só porque pautou a questão da democracia dos meios de comunicação no seu debate, porque pautou a reserva de vagas. Queremos ter pelo menos 50% das vagas nos vestibulares das universidades sendo reservadas aos estudantes oriundos da escola pública, com um cota que respeite as questões éticas, de acordo com aquilo que o IBGE colocar naquela região. Esses estudantes que comemoram agora a derrubada da DRU, que estava e está tirando a verba da educação e que a partir de agora não vai tirar mais, eles que estão comemorando a derrubada da cota de 40% da meia-entrada, uma conquista histórica deles que estava sendo ameaçada.

Nós, com muita mobilização, estamos conseguindo colocar na íntegra, como sempre foi e deve ser, garantir que possamos entrar nos teatros, museus, espaços de cultura, esporte e lazer, para conseguirmos, juntamente com a Educação, colocar os estudantes não só para apertar parafuso nas fábricas, mas também ocupar espaços de poder, cada vez mais dignos, para colocarmos em prática o que aprendemos na escola.

Comemoramos também os Institutos Federais de Educação de Ensino Tecnológico, que conquistamos

juntamente com a ampliação das vagas nos cursos profissionalizantes e técnicos. Acima de tudo foi histórico, não só por todas essas bandeiras que foram levantadas, mas porque teve estudante de Almirante Tamandaré que ouviu do Conselho Estadual de Educação que foi lá, que tem uma escola especificamente que há mais de seis anos estava embaixo de um aquífero, caindo. Teve estudantes do Instituto de Educação de Ponta Grossa que se mobilizaram e se organizaram, porque a escola também estava caindo na cabeça do estudante.

Foi histórico, não só para levantar as grandes bandeiras de luta que o Movimento Estudantil sempre pautou, mas acima de tudo para aqueles estudantes que vai ver a sua sala de aula tendo um pouquinho mais de condição digna, o seu professor conquistando agora o piso salarial, porque através da valorização das nossas trabalhadoras e trabalhadores da Educação, os nossos estudantes, acreditamos que transformaremos essa que está longe de ser a escola que entendemos por ser a melhor. Para isso, só mais investimento em Educação; para isso é que os estudantes vêm colocando a questão do pré-sal, porque hoje o Brasil está investindo aproximadamente 3,5, não chega a 4% do seu PIB, quando deveria ser pelo menos sete, que é o que se entende pelos Países desenvolvidos, como sendo o melhor investimento na Educação. Se esse fundo do pré-sal for essa quantia em dinheiro que estamos estimando, na sua grande proporção podemos ter quatro vezes mais investimentos do que hoje investimos na Educação.

Nada mais justo para fazer uma reparação histórica com todo cidadão deste País, que precisa ter acesso a um pouquinho mais de dignidade, a uma sociedade mais humana e fraterna. Com certeza, só conquistaremos isso com uma escola sendo valorizada.

Os estudantes que aqui se encontram hoje gostaria de mais uma vez agradecer o espaço da fala e também colocar as portas da UPES, que está ao lado, sempre à disposição dos grêmios estudantis de cada escola, porque acima de tudo, por mais diversidades que tenhamos, maior que todas as dificuldades é a vontade dos estudantes paranaenses de transformarem essa dura realidade, de continuarem a se organizar, de poder fazer com que a nossa voz seja, acima de tudo, para nós o que interessa é que, por mais dificuldades que tenhamos, poder ter esse espaço e fazer esse diálogo.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabenizar esse líder estudantil e dizer que estou impressionado com o vigor, com a garra e com a inteligência de V. Sa. defendendo essa mocidade brasileira, nossos estudantes. Parabéns, porque temos um ponto de vista de que o estudante, de modo geral, vive duro. Só ele sabe como se mantém. Às vezes sai do interior sem emprego, vem estudar num grande centro e só ele sabe as dificuldades que tem.

Fui o primeiro Deputado que conseguiu aprovar um projeto aqui, é lei, é de nossa autoria, para que o estudante

tivesse o direito a meio ingresso nos cinemas, teatros, casas de espetáculos. É o mínimo. O que sentimos, nobre líder, é que muitas vezes o estudante se esforça, estuda, tem o caso do Orlando Pessuti, Vice-Governador, no meu primeiro mandato ele me procurou no gabinete, eu estava no meu primeiro mandato, em 1971, e o Pessuti não tinha dinheiro para pagar para morar na Casa do Estudante. Eu pagava com a verba de Deputado para ele poder estudar. Está aí. Vai ser Governador do Paraná.

Então, vale a pena investir no nosso estudante. O que nos deixa triste é ver que essa juventude faz tanto esforço para estudar, recebe o canudo, formado depois de muitos anos, e simultaneamente com aquela festa, fazendo um jantar, um baile, no outro dia esse jovem, dotado de grande competência, entra na fila do desemprego, porque o mercado de trabalho não oferece a oportunidade para todos.

V. Sa. continue com esse entusiasmo todo, com essa inteligência, carregando essa bandeira, mostrando que é preciso, sim, investir nos nossos jovens.

Parabéns.

O SR. RAFAEL CLABONDE

Muito obrigado, nobre Deputado.

Se me permite, gostaria de dar continuidade àquilo que o senhor falava da falta de oportunidade no mercado de trabalho. E muito bem o senhor sabe, quando você não oferece ao jovem a oportunidade de sair formado de uma universidade, ou simplesmente com o canudo do ensino médio - porque agora também conquistamos a obrigatoriedade do ensino médio e do ensino até os 17 anos - quando ele sai da escola para ganhar o mercado de trabalho, se ele não tem essa abertura de portas por parte do Poder Público, de oferecer um primeiro, um estágio qualificado, com certeza sabemos que o mercado paralelo vai abrir as portas para ele. O tráfico de drogas, o crime organizado vai abrir as portas para ele.

E ao invés de comemorarmos as conquistas da Educação - e infelizmente na data de hoje saiu a pesquisa colocando as 10 Cidades mais violentas para o jovem, seis são do Estado do Paraná, esse lamentável dado - e comemorar a conquista de termos Foz do Iguaçu caindo do 1º lugar para a medalha de bronze, mas ainda sendo uma das Cidades que mais mata os jovens, estão ganhando balas no peito ao invés de ganhar faixas, bandeiras, estão ganhando aquela tarja preta de censurado porque têm a imagem lamentável de mais um jovem sendo assassinado pela sociedade. Porque não é de um disparo, de um único tiro que sai de um traficante, de uma droga que um usuário unicamente está usando. Isso é reflexo da nossa sociedade.

Há uma discussão muito forte esta semana, da violência nas escolas. É bom, ao invés de colocar responsabilidade sobre as costas de um ou outro personagem da escola, começar a colocar a escola como um todo para ser discutida, porque ela não está fora do seu meio. E o meio

infelizmente é violento, ainda não propicia os jovens a ter espaço, a não ser os da favela, da periferia, dos lugares de cárcere que estão privando a liberdade da nossa juventude, que tem muito para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Gostaria que V. Sa. concluísse, tem um minuto para isso e se ceder um minuto para o Deputado Marcelo Rangel, obviamente vai esgotar o seu tempo. Então fique à vontade.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há pela ordem.

Vamos esperar ele concluir, depois eu concedo a palavra a V. Exa. para fazer o comentário.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, desculpe mas não estava programado os dois espaços do Grande Expediente para que o orador usasse os 30 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Belinati, estava programado, mas resolvemos conceder 15 minutos, que é o horário que julgamos ideal para que o ocupante da Tribuna possa fazer a sua exposição. Reconheço a sua preocupação, fui dirigente estudantil, Deputado Belinati, e acho maravilhosa a exposição dele. Vamos ter a oportunidade para debater aqui. Vou prevendo aqui o seguinte: tenho certeza que todos os Deputados gostariam de fazer uso da palavra e parabenizá-lo pela exposição que aqui faz, parabenizá-lo pela UPES, pela União Brasileira, mas vamos manter o tempo aqui, então o senhor pode concluir.

O SR. RAFAEL CLABONDE

Perfeitamente.

Gostaria de fazer alguns convites, primeiro para o próximo dia 9, a data da posse da nova diretoria, nós que elegemos e damos continuidade, também sou da Cidade de alguns Deputados que aqui estão, Jocelito, Marcelo Rangel, de Ponta Grossa, vai ser empossado mais um pontagrossense à frente da UPES, que é o Mário Sérgio de Andrade. Serão encaminhados os convites da maneira formal para todos os Deputados e Deputadas para a posse da nova diretoria da UPES. No próximo dia 10 estão convidados todos os Parlamentares do Estado do Paraná para acompanhar um dos maiores Fóruns brasileiros do movimento estudantil, que é o 38º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que acontece de 10 a 13 de dezembro na Cidade de Belo Horizonte, Capital de Minas Gerais.

Deixar mais uma vez disponibilizadas as portas da UPES para que possamos, junto com o Parlamento do Estado do Paraná, com o Executivo, todos aqueles que

sentirem-se interessados em ver na UPES um instrumento para transformar a escola, que vão até a nossa sede e procurem ouvir as nossas reivindicações de maneira carinhosa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado. Peço que permaneça na tribuna.

Peço que os Srs. Deputados sejam breves nos seus comentários, pois além de outra Sessão, temos todas as lideranças inscritas, não há nenhum horário sem cumprir. Então temos, no mínimo de discurso aqui, percebo que o Sr. tem o dom da palavra, entusiasta que é da tribuna, convido o senhor para ficar aqui na Casa, acompanhar, vamos ter mais uma hora e 30 minutos de discurso aqui, vai dar bem para expressar a posição de cada um.

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, respeito a autoridade legitimada pela Presidência da Assembleia Legislativa. Vou ser extremamente sucinto.

Teria muitos questionamentos, inclusive ia pedir o apoio do representante de UPES para algumas questões parlamentares da Assembleia Legislativa, mas vou fazer pessoalmente devido a decisão que V. Exa. tomou com relação aos próximos oradores. Mas quero parabenizá-lo neste momento pelo exercício da liderança estudantil. Os grandes políticos saíram das lideranças estudantis, V. Exa. está preparado para assumir qualquer cargo político e gostaria de vê-lo inclusive aqui na Assembleia Legislativa.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel, pela compreensão.

Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Quero cumprimentar aqui o Clabonde e todos os estudantes do Paraná aqui representados e dizer que nós acompanhamos a sua trajetória e que estaremos à disposição. Nós, a pedido do movimento estudantil, apresentamos o projeto que trata da merenda escolar, que trata do transporte escolar, aqui nesta Casa, e também da juventude, a PEC da Juventude. Queremos contar com o empenho da sua parte, você que está passando a presidência para um outro estudante, mas que você possa também ajudar a mobilizar os nossos estudantes, para que esses projetos possam ser votados aqui na Casa beneficiando os estudantes e o povo do Paraná.

Parabéns pela brilhante exposição, e mais do que a exposição, pela luta que trava na defesa da escola pública de qualidade no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só para cumprimentar e dizer que Ponta Grossa está tomando conta de todos os espaços, aos poucos vamos tomando conta do Paraná, Ponta Grossa vai tomando conta de vários setores. E é tão bom quando vemos os jovens, o jovem que quer ser político, é bom que ele tenha passado por esse banco chamado liderança estudantil. Todo jovem que vem dessa liderança vem fortalecido, é bom ver quando um jovem chega a um cargo importante. Quando ele possa por esse banco escolar como líder estudantil ele não é um marqueteiro, não é um sacana, não é um mentiroso. Ele aprende a ser realista. O cara quando não é nada, nem por associação de moradores ele passou, ou da igreja, ele é um artificial depois, é um marqueteiro, só mídia. Por isso, acho importante que o jovem milite na questão estudantil.

Muito jovem eu fui presidente do grêmio estudantil, com muito orgulho, lá no Rio Grande do Sul, sofrendo numa escola pública do Estado. Estudei muito pouco mais fui um líder autêntico, trabalhador. Foi lá que eu inici a minha vocação política. É lá que nasce a essência dos políticos. Os grandes líderes deste País hoje, passaram pelo banco estudantil. O Zuchi já foi líder, o Pessutão o Deputado Belinati conta uma história bonita dele.

Parabéns à nossa entidade estadual e nacional.

Todo jornalista apresentador de TV que já passou pelo rádio é um espetáculo. Todo jornalista formado, que apresenta telejornal e que já passou pelo rádio e televisão é uma diferença muito grande. O verdadeiro político, aquele que passa por uma

liderança, que fez alguma coisa pelo povo, ele não é artificial e principalmente não é mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Queria agradecer ao Rafael e fico orgulhoso da sua presença aqui. Acho que a todos os Parlamentares dá uma saudade danada da nossa juventude e dos líderes estudantis.

O Deputado Romanelli fará uso da palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O meu objetivo já foi alcançado, porque como autor do requerimento para que pudéssemos hoje ouvir o Rafael, o representante UPES e no caso dele UBES, é justamente para mostrar o quanto está vigoroso o movimento estudantil neste Estado e no nosso País. E esta Casa não é à toa que cedeu o Grande Expediente para poder ouvi-lo, e tantos elogios recebeu tanto da Situação quanto da Oposição. É sinal que você está sintonizado com essa juventude que nós temos, com responsabilidade do ponto de vista da política de ver onde podemos avançar para poder fazer, de fato, essa sociedade que estamos construindo cada vez mais moderna, seja também prudente. E que possamos ter o jovem como um agente transformador, como um protagonista da sociedade.

Para nós é uma honra muito grande vê-lo nessa tribuna. E o objetivo, quando assinamos o requerimento e o Presidente desta Casa, Nelson Justus, concordou, foi que pudéssemos dar a vez, a voz à juventude estudantil do Estado do Paraná.

Parabéns pelo pronunciamento.
Muito obrigado.

O SR. RAFAEL CLABONDE

Gostaria de agradecer ao Deputado Romanelli, inclusive fazendo justiça ao que foi, de fato, quem conseguiu a abertura, juntamente com o Presidente Nelson Justus, mas agradecer a todos e a todas que ouviram a UPES mais uma vez pautando a sua opinião, não só sobre os assuntos relacionados à Educação, mas tudo que entendemos que tem que ter um posicionamento dos estudantes.

Agradecer aqueles que estiveram com o Deputado Belinati, lá no acampamento, que pisaram no chão da nossa sede, e convidar aqueles que ainda não o fizeram, que as portas da sede da UPES estão abertas para continuarmos esta conversa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado ao Rafael Clabonde e à União Paranaense dos Estudantes por esse pronunciamento aqui na nossa Casa.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças, destinadas às lideranças dos partidos e cada Deputado tem direito a 10 minutos na sua falação.

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício no horário do PPS/PMN.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, TV SINAL e MERCOSUL.

Sempre tenho cobrado aqui quando o Governador não tem concordado, às vezes, com os nossos projetos. Tenho vários projetos que são aprovados aqui na Assembleia Legislativa, que chegam até a mesa do Governador e da sua assessoria, e lá o Governador tem vetado alguns projetos nossos. Tenho vindo aqui e cobrado isso. Tenho projeto aprovado, discutido com a Assembleia, várias comissões chegam, lá às vezes o Governador veta e ainda diz que é contrário ao interesse público. Mas tenho que ter também a coerência de que quando um projeto é aprovado aqui, chega lá e o Governador sanciona, transforma em lei. Temos que ter também a humildade e a coerência de vir aqui agradecer em nome do povo do Paraná.

Apresentamos o projeto de lei que dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados no Estado do Paraná. Foi discutido aqui, aprovado por unanimidade pelos Deputados, pelas comissões, encaminhado à sanção do Governador, que diz aqui.

(Lê):

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente são responsáveis pela lavagem dos uniformes de seus empregados.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei, consideram-se produtos nocivos à saúde do trabalhador os dispostos na legislação que regula a Previdência Social.

Art. 2º As empresas poderão realizar diretamente a lavagem dos uniformes, ou contratar serviços de terceiros, desde que o tratamento dos efluentes resultantes da lavagem obedeça à legislação vigente de proteção ao meio ambiente.

Art. 3º As empresas que deixarem de cumprir o estabelecido neste lei ficarão sujeitas à aplicação de penalidades, na forma que dispuser o seu regulamento.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo em Curitiba, em 13/11/09.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

VIRGÍLIO MOREIRA FILHO

Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e

Assuntos do MERCOSUL

RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

DOUGLAS FABRÍCIO

Deputado Estadual

Estamos fazendo esse registro para agradecer a sensibilidade do Governo do Estado de ter sancionado essa lei, que não vai beneficiar o Deputado Douglas Fabrício, vai beneficiar os trabalhadores do Estado do Paraná, vai beneficiar as pessoas que no dia a dia lutam, levantam cedo para ir trabalhar, e algumas empresas ainda faziam com que os trabalhadores tivessem que levar o uniforme para lavar.

Isso aqui no Paraná acabou, e acabou por essa lei e por essa atitude do Governador ter sancionado a lei.

(Lê):

A lavagem doméstica dos uniformes, além de onerar o trabalhador com a aquisição de produtos de limpeza, obriga, muitas vezes, a utilização doméstica de produtos perigosos que não devem ser utilizados por donas de casa sem conhecimento dos riscos, sem material de proteção adequado e sem treinamento específico.

A lavagem do uniforme na residência do empregado pode ainda provocar a contaminação de sua família, pela mistura das roupas.

Em alguns casos, como o de uso de uniformes em consultórios, ambulatórios e enfermarias por médicos, enfermeiros, atendentes e funcionários da limpeza de hospitais e clínicas que trabalham em vários locais, o simples fato de o mesmo uniforme ser usado na rua, em transporte coletivo, para o deslocamento entre dois empregos e do emprego para a residência não é recomendado, pois expõe a riscos de contaminação dos pacientes das instituições de saúde, a população, o trabalhador e sua família.

A lavagem doméstica de uniformes provoca, ainda, danos ao meio ambiente, pois os efluentes poluidores resultantes da lavagem são lançados à rede coletora sem o tratamento exigido pela legislação de proteção ambiental, isto quando não são lançados diretamente na natureza, uma vez que um grande número de residências da população de baixa renda situa-se em locais que não dispõem de serviços de saneamento básico, como rede de esgoto.

Pelas razões citadas, algumas empresas já se encarregam, diretamente ou através da contratação de terceiros, da lavagem dos uniformes de seus empregados. Porém, ainda existe um número significativo de empresas que deixam para os trabalhadores a tarefa de lavar os uniformes, expondo a risco sua saúde e de suas famílias, bem como o meio ambiente.

O presente projeto de lei visa estender a proteção ao trabalhador, à sua família e ao meio ambiente, garantindo que a lavagem dos uniformes seja responsabilidade das empresas.

A aprovação do presente projeto de lei dará a esta Casa a oportunidade de sanar a grave omissão hoje existente na legislação estadual quanto à proteção da saúde do trabalhador e do meio ambiente.

É a Lei nº 16280. Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o nosso registro aqui nesta tarde é de reconhecimento pela aprovação do Governador tornar esse projeto de lei como lei em benefício dos trabalhadores de todo Estado do Paraná e do meio ambiente, para dizer que os nossos projetos tem o cunho de ajudar a melhorar a vida das pessoas do Paraná.

Assim foi com o cunho religioso, que infelizmente o Governador vetou e tantos outros projetos que ele vetou.

Vamos trabalhar para derrubar o veto aqui, mas esse não vai precisar, porque esse o Governador sancionou.

Não tem nada de difícil sancionar um projeto que é de um Deputado aqui da Oposição, que vai estar beneficiando o Paraná e não o Deputado, mas sim as pessoas que serão atingidas por essa lei. Os beneficiados por essa lei são os trabalhadores do Estado do Paraná e também o nosso meio ambiente.

Agradeço o apoio e a votação, na época que passou por esta Assembleia Legislativa, esse nosso Projeto de Lei nº 16280, de treze de novembro de dois mil e nove, e agora é lei.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado ao Partido Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Durval Amaral.

Liderança do DEM: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Conversando a longo destes dias com alguns professores da rede pública estadual, me chamaram atenção sobre um assunto que merece, minimamente, uma reflexão por parte da Assembleia Legislativa, e uma reflexão maior ainda da nossa comunidade acadêmica, nossos jovens, pais, enfim, por parte da Secretaria da Educação. Meu pronunciamento não tem o intuito de crítica, mas de uma reflexão de um assunto que deve ser discutido, e depois, obviamente, apresentarei uma proposta.

A Secretaria da Educação baixou a Resolução nº 011/09. Ela é bastante interessante, porque alterar a matriz curricular dos nossos jovens do ensino fundamental e do ensino médio. Vejam só, nós que já estudamos há alguns anos, lembro-me que quando fomos para escola tínhamos semanalmente quatro aulas de português, quatro aulas de matemática. Alguns que tinham pretensão para a área biológica recebiam quatro aulas de biologia. Outros que tinham propensão para a área de exatas, recebiam quatro aulas semanais de física. Mas, obrigatoriamente quatro horas-aula por semana de português, quatro horas-aula de matemática.

Através desta resolução, desta instrução da Secretaria da Educação, foi incluída na matriz curricular, a partir do ano de 2010, matérias da maior importância, da maior relevância. A Secretaria da Educação está impondo aos alunos do ensino médio que obrigatoriamente deverão ter duas horas-aula por semana de sociologia, duas horas-aula por semana de filosofia, além da língua estrangeira, que poderá ser espanhol, inglês ou outra língua estrangeira, definida pela comunidade escolar. E impõe uma limitação de 25 horas-aula por semana.

O que acontece: a partir do momento em que a matriz curricular incluiu novas matérias e impõe um limitador de 25 horas-aula por semana, a partir do ano de 2010 nossos alunos vão para o ensino médio e terão apenas, na regra geral, duas horas-aula de português por semana, duas horas-aula de matemática por semana, duas horas-aula de filosofia por semana, duas horas-aula de biologia por semana, e duas horas-aula de sociologia.

Como é que fica a formação dos nossos acadêmicos do ensino médio e do ensino fundamental, mas principalmente do ensino médio, tendo apenas, por semana, duas horas-aula de português e duas horas-aula de matemática?

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero cumprimentar V. Exa. por este pronunciamento e contribuir nesta discussão. Também estou na direção estadual do nosso sindicato, APP.

Em reunião na Secretaria da Educação nos últimos dias, entregamos à Secretaria da Educação uma proposta de ampliar para além de 25 horas-aula por semana, o que já acontece em algumas escolas do Paraná, como o Colégio Estadual do Paraná, chegando a 28, a 30 horas-aula. Por quê? Porque em outros Estados também modificaram a matriz curricular, mas aumentaram. Esse limitador de, no máximo, 25 aulas, prejudica a aprendizagem dos nossos estudantes. De fato, sou professor de matemática e não consigo, em duas aulas por semana, ministrar os conteúdos mínimos que os nossos estudantes precisam, tanto de ensino fundamental quanto de ensino médio.

Parabéns pelo pronunciamento! Estamos discutindo com a Secretaria da Educação, e o seu apoio e dos demais Deputados é fundamental para que possamos alterar essa regra, pois não é boa para o interesse público.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço e cumprimento V. Exa., porque sempre está comprometido com a Educação do Estado do Paraná. E dizer ao amigo que quando os professores me trouxeram essa preocupação, me pus a pensar, claro que por lei ordinária esbarraríamos no vício de iniciativa, então não teríamos capacidade legislativa para fazer por lei ordinária.

Convido V. Exa. para subscrever comigo a emenda constitucional que vou apresentar para a Assembleia Legislativa e para o Paraná dizendo que a carga mínima no Estado do Paraná deverá ser 28 horas-aulas por semana. Colocando inclusive por emenda constitucional, mas estou analisando ainda, esta condicionante de quatro horas-aula por semana para português e matemática. Até porque os nossos jovens precisam aprender a escrever. Os nossos jovens, muitos deles, querem fazer concurso público, e a base de qualquer concurso público é o português e matemática. Seria de uma incoerência muito grande não oportunizar, já que a ideia é boa em colocar mais matérias nessa matriz curricular.

Não estou aqui criticando essa iniciativa da Secretaria da Educação, mas ela não pode ter dois pesos e duas medidas. Se no Colégio Estadual do Paraná, e é louvável, tem uma carga horária de 28 horas-aula, como o Professor Lemos colocou com muita sabedoria, o aluno do Colégio Estadual do Paraná não é melhor que o aluno de Nova Aliança do Ivaí, de São Pedro Ivaí, ou de Londrina ou de outras escolas. Se pode para o Colégio Estadual do Paraná há que poder também para todos os estudantes das escolas públicas do Estado do Paraná.

Então, convido V. Exa. para ser subscritor.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Com satisfação vou subscrever com V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Que bom! Acredito que o Governador que tem uma sensibilidade muito grande e gasta, segundo ele,

30% do orçamento do Estado do Paraná com Educação, não vai criar óbice, em hipótese alguma, de se estabelecer minimamente essas 28 horas-aula por semana no Estado do Paraná. Com esta mobilização, com essa emenda constitucional poderemos, a médio prazo, contribuir de maneira significativa para a melhoria da Educação do Estado do Paraná. Porque é inconcebível apenas duas horas-aula por semana de português; é inconcebível apenas duas horas-aula de matemática por semana.

A Secretaria da Educação, até de uma maneira democrática, fala que é minimamente duas horas-aula por matéria, e algumas pode quatro horas-aula por semana, fica a critério da escola. Só que não dá as condições para que isso aconteça, porque quando coloca a imposição de que o limitador é 25 horas-aula, não cabe, dentro de 25 horas-aula, quatro horas-aula de português e quatro horas-aula por semana de matemática.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Tenho observado V. Exa. abordar esse tema várias vezes aqui, um com relação a prova ENADE, agora com relação ao currículo das escolas. Concordo com os seus pontos de vista. Acho que hoje o ensino tem que valorizar muito a questão da língua portuguesa e da matemática. Eles são base para as outras disciplinas. Você, com um bom português, faz geografia, faz história. Da mesma forma matemática é básica para todo o raciocínio da pessoa, é muito importante. V. Exa. está de parabéns pela sua postura. E realmente querem doutrinar as crianças, principalmente com essa postura demagógica da Esquerda.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço V. Exa., e a partir de segunda-feira então estarei colhendo as assinaturas para esta emenda constitucional, que quero crer valorizará em muito a Educação do Estado do Paraná e aumentará o comprometimento da própria Assembleia Legislativa com a qualidade do ensino no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência cumprimenta o Deputado Durval. E foi por brincadeira e pela liberdade que tenho que chamei V. Exa. de professor. E V. Exa. veio fazer um discurso em cima da Educação. Quero dizer que terei prazer em pôr a minha assinatura nessa emenda.

Próxima oradora, Deputada Rosane Ferreira, pelo Bloco PSB/PRB/PV.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Só para deixar registrada a presença do Presidente da Câmara de Douradina, Sr. João de Araújo, Vereadores Tatinha, Cidinho, Nilo, Nelson Dodô e Adriano, também de Xambrê.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Presidência agradece a lembrança de V. Exa. e cumprimenta os nossos visitantes. Sejam bem-vindos.

Deputada Rosane Ferreira com a palavra.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje comemoramos, se é esse o termo, o Dia Internacional de Não-Violência às Mulheres, 25 de novembro. Muito bem, Deputado Anibelli mostra o broche, Deputada Cida, devidamente na campanha para a não-violência.

A Gazeta do Povo do dia 18 de setembro de 2009 trazia uma reportagem cujo chamamento da reportagem era: *No alvo, a mulher. Em média três mulheres são assassinadas a cada semana em Curitiba e região. O número de ocorrências aumentou 34% neste ano em relação a 2008. O número de assassinatos nos primeiros meses de 2009 tinham denunciado um aumento de 34% em relação ao ano passado.* Mas eu não queria falar dos dados dos jornais, nem de dados da internet, eu queria falar um pouco da minha experiência pessoal com relação ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Durante muito tempo eu trabalhei com mulheres. Hoje sou casada e o meu marido é perito e tem, entre as suas atribuições, fazer descrição de lesões corporais. E discutimos muito com relação à violência e o número de mulheres que sistematicamente atendem, por ordem judicial lá no Município onde eu respeito. E o meu marido falou assim: "Hoje eu atendi uma mulher vítima de agressão física. E ela descreveu o seu companheiro, o autor da violência, como uma pessoa que precisa de cuidados médicos." Via de regra o autor da violência doméstica não faz a violência só por perversidade. Claro que existem esses distúrbios, mas são problemas de envolvimento com álcool, com droga, ou outros distúrbios de saúde mental, os transtornos bipolares, via de regra são pessoas doentes.

Por conta dessa história fizemos aqui nesta Casa um projeto de lei, que tinha como objetivo, na verdade, regulamentar um artigo da Lei Maria da Penha, que visava fazer com que os homens autores de violência intrafamiliar fossem tratados e que a Secretaria Estadual da Saúde providenciasse esse tratamento, um atendimento multidisciplinar para esse homem autor de violência.

Porque o que acontece, Deputado Neivo Beraldin? Esse homem é denunciado, quando a mulher tem coragem de denunciar, e por conta da Lei Maria da Pena é apenado, cumpre a sua pena, mas, via de regra, ele volta para sua casa, ou quando não volta constitui uma nova família e, se não for tratado, volta a agredir, volta a cometer os mesmos delitos.

Então, este projeto de lei visava isso, fazer com que, além da pena na Justiça, pudessemos oferecer a esse

homem autor de violência o atendimento multidisciplinar, mas como também acontece nesta Casa, somos muito amordaçados. Muitas vezes nossos projetos são vetados por inconstitucionalidade ou vício de iniciativa, e foi o que aconteceu com o meu projeto,

Conversei com o Governador Roberto Requião e, na sequência, ele garantiu que faria um decreto garantindo esse atendimento. E para mim não importa se a autoria vai ser minha ou de qualquer outro Deputado, ou do Governo, o que eu quero é a coisa acontecendo lá na ponta, o que eu quero é que possamos prevenir essas mulheres de serem agredidas. Este é o grande movimento, o grande momento desta Casa, mas o Governador fez o Decreto nº 5431, em que cria um trabalho de atendimento, mas houve um equívoco no decreto. Está colocado: *O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria da Justiça, desenvolverá programas para atendimento às famílias cujos membros sofreram violência intrafamiliar.* Isso tem que acontecer também. Os membros que sofreram violência também têm que ter tratamento. Como eu disse 10 vezes, isso acontece sistematicamente na nossa sociedade. Essas pessoas são traumatizadas, esses filhos são traumatizados. Muitas vezes, repetem futuramente os mesmos atos dos quais foram vítimas.

Dessa forma, o decreto não atende ao objetivo do meu projeto de lei. Hoje, o nosso projeto de lei está aí para que possamos derrubar o veto. Hoje, no Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, quero pedir às Sras. e Srs. Deputados desta Casa que me ajudem a derrubar o veto do Governador Roberto Requião. A lei que estou tentando colocar no Paraná já é lei em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Distrito Federal. No Distrito Federal aconteceu exatamente isso. Os Deputados distritais aprovaram, o Governador vetou, a Assembleia do Distrito Federal, a Câmara acabou promulgando e lá também é lei. O que queremos é que as mulheres deixem de ser agredidas. Hoje, há dados que a cada 14 minutos uma mulher é vítima de agressão.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Apenas para cumprimentar V. Exa. pela importância do assunto. Quero dizer que pode contar com o nosso voto, no sentido de que se possa dar essa atenção aos dependentes químicos, que é o grande problema da nossa sociedade. O Estado efetivamente não oferece a atenção necessária para que essas pessoas possam se recuperar. Não basta dizermos que o alcoólatra, o drogado, é viciado. Ele é um doente, que precisa ser tratado com atenção do Estado. Para tanto, nós aqui na Assembleia Legislativa colocamos uma emenda de R\$ 8 milhões para que, no ano que vem, os Municípios-polo do Estado do Paraná possam ter atenção do Estado, mas cumprimento a V. Exa. pela sensibilidade que tem por esta matéria.

Muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada, Deputado. Sou parceira também na legitimação dessa sua emenda.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Primeiro, obviamente, vou votar o veto, até porque aprovamos esse projeto por unanimidade na CCJ. V. Exa. lembra-se que tivemos um processo de construção coletiva de todos os partidos, de todos os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça. Quando relatado esse projeto, houve o entendimento do Líder do Governo que ainda que tivéssemos talvez o questionamento com relação à constitucionalidade, como de fato aconteceu, seria preciso que tivéssemos a clareza da amplitude que esse projeto traz.

Acho inegável vivermos um momento diferente da nossa sociedade, em que não podemos pensar que a violência deve apenas ser objeto de combate, como é comum esse pensamento, com forças policiais e com o Estado. Ao contrário, a violência tem que ser preventiva, e para isso é preciso atacar as suas causas e não os seus efeitos. Não basta prender ou deter o marido, o companheiro, o agressor; não basta deter o pai que espanca os filhos; não basta prender o pai, que por razões múltiplas, ou o companheiro, ou qualquer outra pessoa que esteja dentro daquela casa, faça todo tipo de violência, que muitas vezes é ignorada, porque depende a família daquela pessoa.

Parabenizá-la mais uma vez, como já o fiz aqui na votação, Deputada. É preciso que o Estado e os Deputados Estaduais entendam que só vamos coibir a violência na medida em que pudermos fazer com que as causas da violência sejam atacadas. Nesse seu projeto, não tenho dúvida, estamos atacando as causas da violência. Não basta colocar mais efetivo policial nas ruas se tivermos a cada dia mais pessoas sofrendo, sendo vítimas de ataques, de violência, no cotidiano, no dia a dia, e o Estado não entender que isso é importante.

Entenderia o veto, se acompanhado com ele viesse junto uma mensagem do Governador exatamente igual. Infelizmente não veio. A senhora terá o meu voto para derrubar o veto, sem dúvida nenhuma.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Agradecer ao Deputado Tadeu Veneri por vossa relatoria ao meu projeto. Foi de suma importância o seu relato, para que ele fosse aprovado na CCJ, nesta Casa. Considero o senhor parceiro nesta lei. Agradeço também as suas palavras neste momento.

Para finalizar, ler aqui uma frase do jornalista e professor da USP, Victor Gianoti: *Lugar de mulher é na construção da história, dona de suas ideias, de seu corpo, do seu sentimento, e feliz.*

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência cumprimenta V. Exa. pela lembrança deste dia. Eu e a Deputada Cida estávamos elogiando a sua conduta, que representa muito bem a a mulher paranaense, a mulher brasileira. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Antes de transmitir esta presidência ao Deputado Augustinho Zucchi, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço o recebimento do Jornal Sul.

E-mail do Sr. Hélio Romero. Esse problema é extremamente delicado e ele tem razão, porque a fazenda Figueira, que está com a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, utilizou em sua sede, através de avião para jogar veneno, um desfoliante, com aplicação aérea, que comprometeu diversos pontos da agricultura de todo o Distrito de Paiquerê. Quer dizer, o cidadão contrata para jogar veneno numa determinada fazenda e de repente, como veneno, o veneno se espalha por toda a Cidade, fazendo estragos em árvores centenárias, como peroba e tantas outras, em várias lavouras plantadas, porque é um veneno muito forte. Foi uma violência contra o meio ambiente que irritou profundamente o Sr. Hélio Romero e os sitiantes e agricultores da região de Paiquerê. Então, cabe à Fundação Luiz de Queiroz parar com esse uso inadequado de veneno e, até se for o caso, indenizar os agricultores que foram prejudicados.

Casamento, está aqui: *Taxa de casamento no Brasil atinge nível recorde desde 1995*. O povo está casando mais, mas em contrapartida também diz aqui o IBGE que se aumentou o número de casamentos aumentou também o nível de divórcio, mas o importante é destacar que ninguém será feliz neste mundo se não tiver uma família bem constituída, principalmente quem tem filho pequeno, adolescente, quando o casal se separa é um tumulto tremendo, uma confusão na cabeça do adolescente. Aí fica a mãe querendo agradar mais o filho, para o filho não querer ir para o lado do ex-marido, o pai fazendo a mesma coisa, procurando agradar o filho, dando coisas que até vão onerá-lo para poder fazer com que o filho não seja simpático à mãe.

Tenho aqui do Edgar Marcondes de Campos: *Que punição mereciam os Deputados Federais que apresentaram notas frias para justificar as suas despesas de ressarcimento, notas essas que eram de endereço residencial, nota de firma inexistente*. É um problema que está aí na mídia nacional e que diz respeito à Câmara dos Deputados.

Só posso dizer ao Edgar que cabe todo tipo de punição rigorosa contra o Parlamentar que fez uso indevido da sua verba. De modo geral o Parlamentar gasta tanto nos seus deslocamentos para o interior, um bom Deputado, gasta muito mais do que a verba de ressarcimento. Então, dentro da legalidade, se ele for utilizar todas as notas quentes ainda ultrapassaria o limite de ressarcimento que um Deputado Estadual, que um Deputado Federal tem. Então, não há nenhuma justificativa para um Deputado, que representa o povo, fazer uso de nota fiscal fria para ser ressarcido com despesas que não praticou.

Do Senador Osmar Dias recebo convite para o grande encontro do PDT, na Cidade de Londrina. Obrigado ao Senador Osmar Dias.

Hoje os agentes penitenciários estavam tentando falar com o Governador, que vetou o projeto que proíbe os agentes penitenciários de utilizarem arma de fogo quando não estão em trabalho. Agora é aquela história, o policial civil ou militar, quando está no trabalho ou de folga, ele corre um sério risco de uma vingança por parte de alguém que ele teve que prender ou cuidar numa penitenciária. É um perigo danado. O Governador vetou esse projeto, vamos votar contra o veto do Requião pensando na segurança do agente penitenciário.

Quero expressar a minha solidariedade às mulheres, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, homenagear a nossa querida Cida Borghetti, Deputadas Rosane, Luciana Rafagnin, Beti Pavin, homenagear a todas as mulheres do Paraná, do Brasil e do mundo.

De vez em quando eu encontro mulher que é ofendida, que é agredida pelo seu marido, pelo seu companheiro, e muitas vezes dizemos assim: a senhora sofre tanto na mão desse homem, por que que a senhora não toma outro caminho? “Ah, Sr. Belinati, se eu me separar para onde eu vou”? Então, a coitada da mulher que é esposa, que é companheira, atua quase que como uma empregada desse homem quando ela não tem uma renda dela.

Por isso que defendo que tem que ser aprovado com urgência um projeto que já está no Senado Federal, conversei com o Ricardo Barros, ele gostou e está apoiando esse projeto, que é para dar para toda dona de casa uma aposentadoria, para ela ter o seu dinheirinho próprio, para não ser humilhada e execrada pelo mau companheiro, pelo mau marido.

Volto a repetir, muitas engolem a seco as ofensas, até agressão física do seu companheiro, porque não têm para onde ir. Para não falar daquela mulher que fica 30, 40 anos ao lado de um homem. Ele cresceu, até ficou bem financeiramente, depois ele arruma uma mocinha de 17, 18, 20 anos e troca a mulher, e muitas vezes ela não tem como comprovar toda a renda que esse homem tem. Já vi muita mulher ficar 30, 40 anos ao lado de um homem e no final da vida terminar na solidão e sem recurso financeiro para a sua própria sobrevivência.

Deus abençoe as mulheres, os homens também, e que cada casal procure viver em paz, em harmonia, em felicidade, com um bom relacionamento entre o marido e a esposa, entre os pais e filhos, entre os irmãos. Porque tem lar que é pior que o inferno, a briga permanente entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre cunhados, entre primos. E quando o casal vê o seu lar transformado em inferno, chego a entender até que é melhor a separação do que continuar junto apenas para brigar. Para estarmos juntos tem que ter alegria, sim, tem que ter uma convivência fraternal debaixo daquele mesmo teto.

Para terminar, o brilhante jornalista Celso Nascimento, cuja coluna é uma Bíblia para nós, tamanho o respeito que o Paraná tem pelo grande jornalista Celso Nascimento, ele publica, que eu li um e-mail ontem aqui, seria um e-mail que alguém mandou com nome fictício, com nome falso e que tinha Deputados aqui que sabiam que o nome constante no e-mail não era verdadeiro. Não acredito que tenha sido algum Deputado que é eleito pelo povo, para trabalhar pelo povo, que tenha tempo para ir brincar num computador ao invés de ir trabalhar pelo povo.

Tem gente aqui na política do Paraná que não se conforma porque eu leio e-mails, pelo respeito que tenho pelo povo. Já fui muito criticado por isso aqui. A Gazeta do Povo um dia publicou uma grande matéria dizendo que era desrespeito dos políticos que não se dignam sequer a ler e responder os e-mails dos seus eleitores. Então, se alguém está enciumado, se alguém está com a chamada dor de cotovelo, acha que está incomodando ler a-mail, vai continuar com muita dor de cotovelo. O meu padrão é o povo, fui eleito pelo povo, sem o povo não seria ninguém. Bom em que pese alguns me criticarem e outros me elogiam pelo respeito que tenho pelo povo do Paraná, eu recebo e-mail de eleitor que eu nunca vi na vida, que não votou em mim, mas que é um cidadão e, quando manda uma correspondência o mínimo que podemos fazer é responder, é dar atenção.

Presidente, se alguém fez uma brincadeira de mau gosto e se foi algum Deputado, isso é falsidade ideológica, é ser vigarista, não é digno de estar cumprindo o mandato de Deputado Estadual, não deveria estar nesta Casa, acima de tudo está traindo o povo, está ganhando um salário que é bom para trabalhar para o povo e não para ficar dedicando o tempo para brincadeira jocosa. Diria que esse tipo de Parlamentar, se é que foi algum Parlamentar, nem num circo de baixa qualidade, deveria estar trabalhando, porque o circo, afinal de contas, existe para fazer a alegria do povo. Seria até uma ofensa ao circo dizer que esse tipo de político deveria estar num circo.

Adotei um sistema nesses 41 anos que estou na vida pública: dar atenção a todos, do mais rico ao mais pobre, até àquele que está de pés no chão, descalço. Quando me procuram eu dou atenção, o respeito que todos são merecedores. E aqueles que me mandam e-mails podem ter certeza que vamos continuar, sim. Tem político que não gosta, mas eu não estou aqui para agradar político, estou aqui para servir ao nosso povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança da Oposição, Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Quem assistiu à televisão, seja mais precisamente o Bom Dia Brasil, na manhã de hoje, quem leu alguns jornais, o Jornal Gazeta do Povo traz estampado: *Corte ilegal de madeira leva 15 à prisão no Paraná.*

Não quero entrar no mérito da questão levantada por essa reportagem. Apenas quero levantar aqui na Assembleia, hoje, que no ano de 2004, na Assembleia Legislativa, houve uma CPI sobre a Reforma Agrária no Estado do Paraná, a qual eu tenho presidido e teve o Deputado Bradock como relator dessa CPI.

Naquela ocasião, ouvimos 20 entidades envolvidas diretamente com a questão agrária no Estado do Paraná. Sempre tivemos a presença do Dr. Vanderlei Batista, que era o representante do Ministério Público. Não colhemos apenas, Deputado Durval Amaral, os depoimentos nos anos de 2004 e 2005, como fomos fazer as visitas a alguns assentamentos, a algumas invasões e alguns acampamentos. Mas, para ser preciso, Srs. Deputados, aqui está o relatório e já vou dizer para quem foi enviado em 2005. Tínhamos o depoimento do Sr. Tarcisio Barbosa de Souza, coordenador da Comissão Estadual da Política Fundiária da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Ele denunciou no seu depoimento e disse, naquela ocasião, apresentou um estudo e esse foi contratado pela FAEP e executado pela Fundação da Escola de Florença da Universidade Federal do Paraná sobre a Fazenda Araupel, nos assentamentos Irino Alves dos Santos e Marcos Freire. Mostra, pelo comparativo de imagens de satélites, dos anos de 1996, ano da invasão da fazenda, e também de 1998, 2000 e 2002. Disse o depoente naquela ocasião: "Foram dizimados 10 mil e 614 hectares de matas de araucária". E a total extinção da fauna na área, fazendo as seguintes perguntas: "Por que ao saber do desmatamento o IBAMA, o IAP não embargaram a área? O que aconteceu com o dinheiro da venda da madeira? Quem a comprou? Não estariam os então responsáveis pelo INCRA, IBAMA, IAP incursos em crime de prevaricação?"

Essas foram as palavras ditas pelo depoente na época, Tarcisio de Souza.

E constatamos esse crime ambiental. Não quero cometer nenhuma injustiça, mas quem nos acompanhou nessa viagem foram os Deputados Bradock, Tadeu Veneri, e outros que não lembro. Constatamos pessoalmente lá na Fazenda Araupel áreas invadidas pelo MST e também pelo MTR. Constatamos e vimos o desmatamento que aconteceu, vimos as queimadas, assistimos, filmamos a derrubada das araucárias. Se elas foram reflorestadas ou não, não sabemos, não somos técnicos. Isso

está no nosso relatório quando falamos: *Da ocorrência de crime ambiental dos invasores, atearam fogo em áreas de reflorestamento. E com araucárias em fase de pleno desenvolvimento vegetativo.*

E o que nós fizemos no final do nosso trabalho? Nas conclusões, os diversos itens, no item 10, o relator disse: *Fechou os olhos para uma série de desmandos e ilegalidade. O desrespeito à lei e a consequente impunidade dos infratores está presente de forma pronunciada da reforma agrária no Estado, tais como o desmatamento de mais de 10 mil hectares de mata de araucária na Araupel.*

Isso fez parte do nosso relatório, do trabalho que a CPI fez. E o trabalho foi concluído em 2005. Esse trabalho foi enviado pela própria diretoria legislativa aqui da Assembleia, para 97 Juízes, 80 Senadores, 118 Desembargadores, 308 Promotores de Justiça do interior, 511 Deputados Federais, 77 Procuradores da Justiça, 37 Promotores da Capital, 48 Juízes Federais, 249 Juízes de Direito do Interior, 53 Juízes da Capital, 25 Secretários de Estado.

Fizemos também uma viagem a Brasília, quando entregamos pessoalmente, e volto a dizer sempre acompanhado pelo Ministério Público, inclusive a viagem que fizemos a Brasília. Entregamos esse trabalho para o Superintendente do INCRA, que na época era o Marcelo Gardona, para o Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; entre outras autoridades que entregamos o trabalho realizado aqui na Assembleia.

Então, quero dizer que esse trabalho que foi feito hoje, essa reportagem estampada nos jornais e a reportagem feita pela Rede Globo, isso tínhamos levantado em 2004 e 2005. E perguntamos: onde ficaram as autoridades tanto tempo sem tomar as providências? Porque fizemos o nosso trabalho. Quando se fala muitas vezes das CPIs, algumas dão resultado e outras não. O trabalho que realizamos naquela vez foi trabalho de investigação. E constatamos o crime ambiental praticado naquela região, que foi objeto dessas reportagens nos jornais e também na televisão. Nós perguntamos: fizemos o trabalho, agora onde é que estavam os institutos que deviam efetivamente controlar essa questão? Onde é que estava o IAP, onde é que estava o IBAMA, onde é que estava o INCRA que é responsável pelos assentamentos, pelo controle e pela assistência das pessoas que lá estão assentadas?

Constatamos também que haviam naquela ocasião rios, córregos sem as matas ciliares e também está nesse relatório. Os abusos e absurdos vimos nas visitas que realizamos e principalmente para dizer que essas visitas só surgiram por causa das denúncias e dos depoimentos que aconteceram aqui na Casa, na CPI da Reforma Agrária de 2004 e 2005.

Temos que tomar cuidado para não penalizar, de repente, alguém injustamente. Esse cuidado temos que ter. Temos que controlar o meio ambiente? Sim, temos que controlar. Combater quem comete crime ambiental? Tem que ser feito.

Hoje a legislação federal condena os nossos agricultores, estou falando do Código Florestal que, infelizmente, está se encontrando um caminho e uma saída honrosa para que os nossos agricultores não sejam punidos, os únicos responsáveis pela poluição que existe hoje no meio ambiente.

Venho a essa tribuna para, única e exclusivamente, dizer que a reportagem que foi feita hoje, nós constatamos pessoalmente e levamos esses fatos para os órgãos governamentais, que lamentavelmente não devem ter tomado as medidas que o caso, na época, exigia.

Esse depoimento que falei, que foi denunciado pelo representante na época pela FAEP, colocamos no relatório. Constatamos hoje uma grande reportagem que mostra e incrimina alguns, não dá para dizer todos, alguns integrantes dos assentamentos lá da antiga Araupel.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Para ajudar o Deputado Belinati que reclamou que recebeu um e-mail sem procedência, que possa ser falso. Está em vigor aqui na Casa uma lei, que determina que as lan houses devem ter o nome das pessoas que fazem isso. Vou passar ao Deputado Belinati, que cumprindo a lei possa descobrir quem foi o autor.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício n° 610/09, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária desta quarta-feira, dia 25 de novembro do corrente ano, por estar acompanhando, no Município de Paranaguá, a implantação do Território de Agricultura e Pesca do Litoral do Paraná. **À Comissão Executiva.**

Indicação n° 941/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a instalação de um poço artesiano no Distrito de Vila Candeia, no Município de Maripá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Quero salientar a quem está nos assistindo que os projetos que estamos lendo neste momento estão recebendo apoio para tramitação e não estão sendo aprovados. Farão todo o trâmite na Casa para voltar a Plenário para aprovação.

Requerimento n° 5773, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de novembro do corrente ano, para o Deputado Ney Leprevost, devido a compromissos inerentes a condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5737, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, requerendo a antecipação da Sessão Ordinária do dia 26 de novembro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 473/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que destina assentos a idosos, deficientes físicos, gestantes e lactantes nos terminais rodoviários localizados no Estado. **Aprovado. (Publ. no DA n° 105/09, de 14/09/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 529/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa do direito do idoso em estabelecimentos localizados no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA n° 114/09, de 29/09/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 580/09, de autoria do Poder executivo - Mensagem n° 092/09, que fica concedido remissão dos débitos das companhias de desenvolvimento Municipais, para com o fundo de desenvolvimento econômico. **(Publ. no DA n° 128/09, de 26/10/09, em Mensagens).**

Em votação.

Concedemos a palavra, para encaminhar, ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Só para dizer que meu voto é contrário, porque não concorda com a forma como está sendo feito o não pagamento dessas contas, por parte de algumas Cidades, privilegiando outras e favorecendo algumas poucas Cidades. Por isso, o meu voto já foi contrário anteriormente, nas 1ª e 2ª votações.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está registrado seu voto. **Aprovado.**

2ª Discussão**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 493/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Hortifrutigranjeiros e outros de Santa Amélia e região - ASA, com sede no Município de Santa Amélia e foro no Município de Bandeirantes. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 568/09, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Ney Leprevost, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador Telmo Cherem. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (VOTAÇÃO NOMINAL). (Publ. no DA n° 122/09, de 14/10/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 568/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria dos Deputados Durval Amaral e Ney Leprevost, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador Telmo Cherem.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei n° 13115/01, alterada pela Lei n° 14677/05, em seu artigo 2°, determina:

Art. 2° Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no Estado do Paraná.

§ 1° Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n° 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)
Vai-se proceder a chamada nominal.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)
Simultaneamente V. Exa. já não poderia também colocar em votação? A medida que o Parlamentar for chegando ao plenário, ele vota.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)
Vamos proceder à chamada nominal para que haja conferência de quórum para votação.
Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Professor Lemos)
(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)
Solicito a dispensa da chamada nominal, tendo em vista o quórum aparente.
Em votação o Projeto de Lei n° 568/09.
Vinte e nove Deputados votaram SIM. **Está aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)
Sr. Presidente, registrar a não presença de um dos autores do projeto.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Serra Dourada, com sede e foro no Município de Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/09, de 26/10/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 591/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Jardim Serra Dourada, com sede e foro no Município de Araucária/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que o foro que consta no artigo 1º do Estatuto Social da Associação de Moradores do Jardim Serra Dourada é o Município de Araucária, no Estado do Paraná, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 17/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 591/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Serra Dourada, com sede e foro no Município de Araucária/PR.

Sala das Comissões, em 17/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Proposição)

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 062/09 - do veto aposto ao Projeto de Lei nº 241/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o atendimento multidisciplinar a homens autores de violência intrafamiliar e do gênero, no Estado do Paraná e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC Nº 116/09

Curitiba, em 26/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 150/09, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 241/09, por considerá-lo inconstitucional, por afrontar o artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual e, também, contrário ao interesse público, tendo em vista a publicação da Lei Federal nº 11340, de 07/08/06.

O autógrafo ora em tela garante, através do Poder Público, o atendimento a homens autores de violência intrafamiliar e de gênero, com a finalidade de proporcionar-lhes recuperação mediante tratamento multidisciplinar.

Denota-se que o Projeto assevera que o Poder Pública garantirá o atendimento acima descrito. Ressalta-se que a Constituição Federal do Brasil, assim como a Constituição do Paraná, consagrou três Poderes Públicos, em capítulos distintos, cada qual com suas respectivas competências. Todavia, a proposta não se demonstra clara, ao ponto de dizer qual dos poderes recairá a responsabilidade pela implementação da medida acima descrita. Paire, desta forma, a inconstitucionalidade e afronta ao princípio da separação dos poderes.

Ademais, o artigo 35 e incisos da Lei nº 11340, de 07/08/06, disciplinam o seguinte normativo:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimentos integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores. (grifo nosso)

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 241/09 encontra-se publicado no DA nº 052/09, de 20/05/09, em Projetos de Lei.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
À PROPOSIÇÃO DO VETO Nº 062/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 241/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o atendimento multidisciplinar a homens autores de violência intrafamiliar e do gênero, no Estado do Paraná e dá outras providências, tendo sido vetado pelo Sr. Governador do Estado por considerar o projeto de lei contrário ao interesse público.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado projeto de lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

Conclusão

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se favorável ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 13/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) **(Pela Ordem)**

Num acordo com as lideranças a tendo um número estreito de Parlamentares necessários para que eu possa pleitear a derrubada do veto, gostaria de retirar o meu projeto. O requerimento já está assinado pelo Deputado Elio Rusch e pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vou obedecer à orientação do Deputado Nelson Justus de acolher seu requerimento.

Está em votação o Requerimento nº 5776, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 062/09.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 5647, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão Anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

É o entendimento que tenho como Parlamentar e como Líder, em relação a utilizar as Comissões Permanentes como instrumentos de fiscalização e investigação. Esse é o caminho virtuoso.

Quero parabenizar o Deputado Marcelo Rangel, porque ele poderá ser o relator dessa investigação, e formalizando a unificação das Comissões Temáticas para poder atuar de forma conjunta e investigar cada uma das denúncias que possam chegar sobre o tema que envolve licenciamento ambiental. Parabenizando o Deputado Marcelo Rangel pela iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Ontem fiz esse questionamento à Mesa Executiva e o Presidente Pastor Edson Praczyk, naquele momento, disse que teria que ser votado o requerimento. E no meu entendimento não precisaria de votação do Plenário. Mais uma vez eu faço esse questionamento, para que não haja dúvidas e que, realmente, foi aprovada a união das comissões.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

As comissões têm preceitos próprios, prerrogativas próprias dadas pelo Regimento. Não há necessidades de votar no Plenário o que as comissões têm direito de fazer. Este é o entendimento que temos nesse sentido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Apenas Sr. Presidente, por preciosismo aqui, argumentando aqui o que disse o Deputado Marcelo Rangel, há de se verificar se esse tema não foi submetido à avaliação da Comissão Executiva e a comissão não tenha deliberado que o tema teria que ser submetido à deliberação do Plenário. Penso que deve ter sido essa a decisão da Comissão Executiva.

